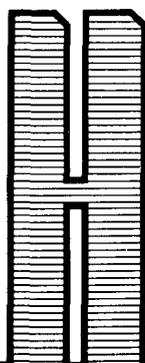




**República Federativa do Brasil**

**ASSEMBLÉIA**



**NACIONAL CONSTITUINTE**

**DIÁRIO**

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 68

SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

**ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**  
**Sugestões Apresentadas**

**9001 a 10000**



# ASSEMBLÉIA



# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 68

SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

### SUGESTÕES APRESENTADAS DE CONSTITUINTE

**ABIGAIL FEITOSA (PMDB)** — Sugere normas sobre os direitos e garantias da mulher trabalhadora e outros benefícios dos trabalhadores em geral. Nº 9647

**ALOYSIO TEIXEIRA (PMDB)** — Sugere normas sobre os direitos e garantias individuais e coletivos, a ordem econômica e social, o direito das trabalhadoras, a seguridade social, a família, a saúde, a educação e a cultura e as tutelas especiais. Nº 9551

**ANTÔNIO GASPAS (PMDB)** — Sugere que os integrantes de profissões regulamentadas se organizem obrigatoriamente em categoria única, de nível universitário, e que o direito às prerrogativas de cada profissão seja adquirido, exclusivamente, através do registro profissional no respectivo órgão fiscalizador. Nº 9796

Sugere seja assegurado ao trabalhador aposentadoria com proventos integrais. Nº 9800

**BENEDICTO MONTEIRO (PMDB)** — Sugere dispositivo sobre a função social da propriedade. Nº 9259

Sugere norma sobre as atribuições dos membros do Ministério Público. Nº 9263

Sugere dispositivo sobre a função social do bem imóvel. Nº 9264

Sugere dispositivos sobre os bens da União que enumera. Nº 9427

Sugere norma que assegure a todos o direito à moradia. Nº 9428

Sugere dispositivo sobre a competência da União para legislar sobre direito civil, penal, processual, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial, trabalhista e agrário. Nº 9430

Sugere norma que disponha sobre a ofensa pública e os direitos do ofendido. Nº 9431

Sugere dispositivo sobre o envolvimento das Forças Armadas em operações militares inter-

nas contra cidadãos civis, na forma que estabelece. Nº 9432

Sugere norma sobre a revogação do Decreto-Lei nº 1.164, de 10-4-71. Nº 9850

**BENEDITA DA SILVA (PT)** — Sugere normas sobre o sistema da comunicação social e sobre a criação do conselho de comunicação social. Nº 9010

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores e aos servidores públicos os direitos e garantias enumerados. Nº 9011

Sugere a criação de estímulos fiscais, para que o cidadão afro-brasileiro possa gozar dos plenos direitos à cidadania em igualdade de condições com outros setores da população.

Nº 9012

Sugere dispositivos sobre o direito à moradia, título de propriedade de terra às comunidades negras remanescentes dos quilombos, o bem imóvel improdutivo e distribuição de terras para fins de reforma agrária. Nº 9015

Sugere dispositivos que proíbam a discriminação racial, assegurem a liberdade de culto religioso, oficializem o dia nacional da consciência negra e reconheçam o caráter multirracial da cultura brasileira. Nº 9016

Sugere que a exploração e o aproveitamento de jazidas, minas e demais recursos minerais e potenciais de energia elétrica dependam de concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros e empresas nacionais. Nº 9324

Sugere normas dispondo sobre direitos políticos, direitos coletivos e garantias dos cidadãos. Nº 9325

Sugere medidas de prevenção e proteção da saúde, estímulo ao esporte e educação física, planejamento familiar, controle das pesquisas e experiências no ser humano, proteção ao meio ambiente, criação de um plano nacional

de saúde e organização de sistema de previdência e assistência social. Nº 9326

Sugere sejam garantidos pela legislação trabalhista mercado de trabalho, estabilidade, proteção à velhice, pensão por morte e extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos empregados domésticos e rurais. Nº 9327

Sugere sejam garantidos ao menor os direitos à dignidade de cidadão, prestada assistência ao idoso, independentemente de contribuição previdenciária, assegurada igualdade entre os cônjuges, proibidos programas de controle da natalidade e discriminado o aborto. Nº 9328

Sugere sejam assegurados aos portugueses e africanos permanentes no Brasil, os mesmos direitos assegurados aos brasileiros natos, salvo o acesso à Presidência da República. Nº 9701

**BENITO GAMA (PFL)** — Sugere que seja vedado aos Estados e Municípios, durante cinco anos, contratar operações de crédito. Nº 9329

Sugere norma que vede à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal instituir impostos sobre livros, jornais e periódicos e ao papel destinado à sua impressão. Nº 9587

Sugere norma que disponha sobre a destinação de impostos arrecadados pela União. Nº 9588

Sugere norma que disponha sobre a destinação do imposto sobre a Circulação de Mercadorias arrecadado pelos Estados. Nº 9591

Sugere norma que disponha sobre a concessão de tratamento diferenciado preferencial, em matéria tributária e creditícia, às empresas de pequeno porte pela União, Estados, territórios, Distrito Federal e Municípios. Nº 9592

Sugere sejam destinados aos Estados da região Nordeste recursos provenientes do Im-

posto sobre a Renda, para aplicação no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), nas condições que especifica. Nº 9595

**BERNARDO CABRAL (PMDB)** — Sugere norma que mantenha a Zona Franca de Manaus como área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, nas condições que estabelece. Nº 9357  
Sugere norma sobre a aplicação de percentual da renda tributária da União no desenvolvimento da Amazônia, nos termos que estabelece. Nº 9358

**BETH AZIZE (PSB)** — Sugere dispositivo sobre a concessão de uso do imóvel rural a estrangeiro. Nº 9769  
Sugere dispositivo sobre legitimação e alienação de terras públicas pela União. Nº 9770  
Sugere dispositivo sobre a propriedade familiar agrária como direito e garantia individual Nº 9771

**BEZERRA DE MELO (PMDB)** — Sugere seja incluída no currículo de primeiro e segundo graus matéria sobre tóxicos. Nº 9731  
Sugere que o Estado assegure condições de amparo e educação ao menor carente ou abandonado. Nº 9735

Sugere que o sistema penal e carcerário observe o princípio da humanização, dando prioridade às penitenciárias agrícolas. Nº 9739

**BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS)** — Sugere a inclusão do ensino religioso no currículo das escolas. (SGC) Nº 9438  
Sugere a intervenção no domínio econômico pelo Poder Público. Nº 9594  
Sugere que a lei estabeleça isenções tributárias para determinados produtos agrícolas, na forma que especifica. Nº 9597  
Sugere norma que disponha sobre a criação de Estados e Territórios federais. Nº 9598  
Sugere seja garantido a todos o direito de resposta à ofensa, ou à crítica, nos veículos de comunicação, das outras providências. Nº 9599  
Sugere que as sociedades de economia mista e as empresas públicas, com monopólio ou não de atividades econômicas, não tenham privilégio de qualquer espécie. Nº 9600  
Sugere seja obrigatório o serviço militar, nas condições que estabelece. Nº 9601  
Sugere seja assegurado o pagamento de indenizações por desapropriação de imóveis, na forma que estabelece. Nº 9602  
Sugere normas sobre a instituição da justiça de paz temporária. Nº 9603  
Sugere normas e princípios sobre o processo judicial. Nº 9604  
Sugere que as eleições para deputado federal e estadual obedecem ao sistema distrital e proporcional, conforme especifica. Nº 9605  
Sugere normas que disponham sobre a instituição do Parlamentarismo no País. Nº 9606  
Sugere que seja assegurada liberdade para a educação e o ensino, cabendo ao poder público caracterizar o nível e a qualidade da escola para conhecimento de todos. 9607

Sugere que a fiscalização do poder público em relação ao ensino se limite à verificação das características da escola, no tocante ao nível e qualidade do seu rendimento. Nº 9608

Sugere a extinção do instituto do decreto-lei e sua substituição por um tipo especial de lei delegada. Nº 9609

Sugere dispositivos que garantam direitos aos aposentados e mantenham assistência aos carentes. Nº 9610

Sugere que a aplicação da lei seja regulada por decreto do presidente da República, por resoluções dos tribunais e do Poder Legislativo e por instruções baixadas pelos ministros. 9611

Sugere dispositivos que autorizem qualquer cidadão a fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos e criem a ação penal de responsabilidade. Nº 9612

Sugere dispositivo sobre a defensoria pública. Nº 9613

Sugere norma disposta sobre a distribuição da receita proveniente de tributos entre a União, os Estados e os Municípios. Nº 9614

Sugere que a Previdência Social se destine aos contribuintes que recebam até três salários mínimos. Nº 9615

Sugere seja assegurado o direito de sindicalização aos servidores públicos que mencionam. Nº 9616

Sugere que os titulares de cargos de confiança não possam exercê-los por mais de 10 (dez) anos, e outras providências. Nº 9749

Sugere que os serviços de concessões públicas sejam fiscalizados pelos órgãos da administração centralizada e juntas eleitas pelos usuários. Nº 9750

Sugere norma sobre a obrigatoriedade do voto, exceto para os analfabetos e para os maiores de 75 (setenta e cinco) anos. Nº 9751

Sugere seja competência do Congresso Nacional suspender a execução de normas e leis, na forma que estabelece. Nº 9753

Sugere norma sobre os casos de perda ou suspensão dos direitos políticos. Nº 9754

Sugere norma sobre a autonomia municipal. Nº 9755

Sugere norma sobre a autonomia das universidades e a liberdade de ensino e pesquisa, inclusive nas universidades mantidas pelo Poder Público. Nº 9756

Sugere a revogação pelos conselhos federal e estadual da educação das deliberações que não se adaptarem à Constituição. Nº 9757

Sugere norma relativa à organização e ao funcionamento dos partidos políticos. Nº 9758

Sugere norma sobre a competência legislativa da União e dos Estados. Nº 9759

Sugere seja assegurada aos trabalhadores a liberdade de se organizarem em sindicatos. Nº 9760

Sugere normas disposta sobre funções, organização e competência do Ministério Público. Nº 9763

Sugere norma que disponha sobre a criação da Assembléia Distrital em Brasília; sobre a escolha do Governador do Distrito Federal;

sobre a criação do Conselho de Intendência nas cidades-satélites. Nº 9764

**BORGES DA SILVEIRA (PMDB)** — Sugere normas disciplinadoras do Conselho da República. Nº 9359

Sugere disposições relativas aos crimes de responsabilidade do presidente da República. Nº 9360

**BOSCO FRANÇA (PMDB)** — Sugere que a União aplique na região Nordeste percentual de sua renda tributária, conforme estabelece. Nº 9777

Sugere que a comemoração dos fenados de datas nacionais, estaduais e municipais se faça no domingo mais próximo àquelas datas. Nº 9778

Sugere seja competência da União, Estados e Municípios a instituição de rede nacional de creches, associada à educação pré-escolar, mantida pelas empresas e vinculadas ao Ministério da Educação. Nº 9779

Sugere que o alistamento seja obrigatório e prioritária a prestação do serviço militar pelo ex-menor carente. Nº 9780

Sugere normas sobre o parlamentarismo. Nº 9781

Sugere que o vencimento de qualquer servidor público da administração direta ou indireta não seja superior ao salário do presidente da República. Nº 9782

Sugere que a menoridade termine aos 18 (dezoito) anos, habilitando o indivíduo para todos os atos da vida civil. Nº 9783

Sugere sejam repassados à educação e assistência do menor carente 50 (cinquenta por cento) das verbas da União, dos Estados e dos Municípios, destinadas ao setor de segurança. Nº 9784

Sugere seja assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Nº 9787

Sugere que os deficientes fiquem isentos de pagamento de transporte urbano e tenham abatimento nas passagens de transporte interurbano. Nº 9788

**BRANDÃO MONTEIRO (PDT)** — Sugere que os partidos políticos tenham acesso aos veículos de comunicação nos períodos eleitorais. Nº 9257

Sugere que os partidos políticos, as organizações sindicais e as organizações profissionais e populares tenham acesso gratuito aos meios de comunicação, conforme estabelece. Nº 9261

Sugere norma sobre a estrutura e a organização da Justiça Eleitoral. Nº 9262

Sugere disposições sobre o direito à comunicação, à natureza e ao acesso aos veículos de comunicação. Nº 9333

Sugere normas sobre a composição da Justiça Eleitoral e a organização das juntas eleitorais. Nº 9334

Sugere que, nos períodos eleitorais, os partidos tenham direito a tempos regulares e equitativos para o uso da televisão e do rádio. Nº 9337

Sugere que os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares tenham direito à utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios definidos. Nº 9338

Sugere que se impeça a concentração de propriedade dos meios de comunicação, e se estabeleça limite de autorização para o concessionário. Nº 9341

Sugere dispositivos sobre concessões de serviços de radiodifusão, proibindo que um concessionário acumule autorização ou concessão para mais de um serviço. Nº 9342

Sugere a criação do Conselho Nacional de Comunicação, nas condições que estabeleça. Nº 9345

Sugere seja garantido, a qualquer cidadão ou entidade, o direito de resposta. Nº 9346

CARDOSO ALVES (PMDB) — Sugere que a educação seja direito de todos e dever do Estado. Nº 9041

Sugere seja competência da União o estabelecimento de Planos de Saúde para todos. Nº 9042

Sugere que o ensino religioso constitua disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas de 1º e 2º graus, podendo ser dispensado a pedido do aluno maior ou dos pais do aluno menor. Nº 9045

Sugere norma sobre a desapropriação de propriedade territorial rural inexplorada. Nº 9046

Sugere dispositivo sobre a composição da Câmara dos Deputados e critérios para o estabelecimento do número de Deputados por Estado, Distrito Federal e Territórios. Nº 9051

Sugere norma que disponha sobre abolição de privilégios tributários em favor de magistrados, parlamentares e militares. Nº 9055

Sugere sejam vedados a construção, instalação e funcionamento de usinas nucleares, e outras providências. Nº 9056

CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT) — Sugere a não-intervenção do Estado em setores econômicos eficientemente desenvolvidos pela iniciativa privada. Nº 9067

Sugere normas sobre desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária. Nº 9068

Sugere a cobrança pelos municípios de contribuição para a defesa do meio ambiente, e que nenhum imposto, taxa ou contribuição seja cobrado sem prévia autorização do Poder Legislativo. Nº 9069

Sugere que a discriminação racial constitua crime inafiançável. Nº 9070

Sugere seja competência dos Estados legislar sobre questões fundiárias. Nº 9071

Sugere dispositivo sobre o direito de privacidade do cidadão, bem como o de acesso às informações mantidas pelos poderes públicos. Nº 9072

Sugere dispositivo sobre o direito de cidadania para cabos e soldados das polícias militares e corpos de bombeiros, nas condições que estabeleça. Nº 9073

Sugere que as atuais Assembléias Legislativas sejam transformadas em Assembléias Constituintes Estaduais. Nº 9074

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional fixar o valor do salário mínimo. Nº 9075

Sugere norma sobre o processo eletivo para representantes classistas na Justiça do Trabalho. Nº 9076

Sugere norma que disponha sobre o crime contra a segurança do Estado Democrático. Nº 9077

Sugere seja assegurado aos cabos e soldados das polícias militares e dos corpos de bombeiros Estaduais o direito à nomeação como policial e a estabilidade após 2 (dois) anos de serviço. Nº 9078

Sugere que a aposentadoria para jornalistas e professores se dê aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, com salário integral. Nº 9079

Sugere seja competência dos Estados legislar sobre questões trabalhistas. Nº 9080

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional a concessão de canais de rádio e televisão. Nº 9081

Sugere que a prática da discriminação racial seja caracterizada como crime inafiançável. Nº 9082

Sugere que as instituições e estabelecimentos de ensino médio e superior, nas suas respectivas áreas e graduações, implantem a disciplina direitos humanos. Nº 9083

Sugere que o crime de tortura não seja suscetível de prescrição, fiança ou anistia. Nº 9084

Sugere dispositivo sobre a unicidade sindical. Nº 9271

Sugere a co-gestão nas empresas estatais e nos órgãos sociais. Nº 9272

Sugere que os proventos de aposentados e pensionistas sejam equivalentes aos vencimentos percebidos na atividade. Nº 9275

Sugere que sejam livres a associação profissional e sindical e o exercício do direito de greve. Nº 9276

Sugere que seja estimulado o investimento privado, na forma que estabeleça. Nº 9279

Sugere seja proibido o monopólio dos meios de comunicação social por parte de empresas particulares. Nº 9280

Sugere norma sobre o mandato do Presidente da República. Nº 9283

Sugere norma proibindo o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem políticas segregacionistas. Nº 9284

Sugere seja assegurada ao trabalhador estabilidade no emprego, sem prejuízo da opção pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nº 9287

Sugere que os recursos da União, dos estados e dos municípios destinados à educação beneficiem exclusivamente as instituições de ensino público. Nº 9288

Sugere dispositivo sobre as Forças Armadas no Estado democrático. Nº 9291

Sugere a criação da Conferência Nacional dos Trabalhadores. Nº 9292

Sugere seja competência do Congresso Nacional dispor sobre a reserva de mercado. Nº 9295

CARLOS BENEVIDES (PMDB) — Sugere que mãe adotiva tenha os mesmos direitos conferidos à mãe natural. Nº 9349

Sugere que o limite de idade para o ingresso no serviço público não seja inferior a cinquenta anos. Nº 9350

Sugere seja atribuído ao Município competência para instituir impostos sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas, e dá outras providências. Nº 9353

Sugere que o poder público garanta a todos o direito de viver em ambiente sadio, ecologicamente equilibrado. Nº 9354

CARLOS CHIARELLI (PFL) — Sugere normas reguladoras da defesa do patrimônio público e do fiel exercício cívico da função pública. Nº 9761

Sugere dispositivo sobre o direito de propriedade, desapropriação e cooperativismo. Nº 9762

Sugere que a educação seja dever do Estado e direito de todos. Nº 9765

Sugere dispositivos sobre princípios gerais da ordem econômica. Nº 9767

Sugere disposições sobre a discriminação dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios. Nº 9768

Sugere norma sobre a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para todos, dos 7 aos 14 anos de idade, e outras providências. Nº 9772

CARLOS DE'CARLI (PMDB) — Sugere que a União elabore um plano de valorização econômica da Amazônia e do Nordeste, de acordo com os critérios que estabeleça. Nº 9773

Sugere que, em todos os processos, sejam assegurados iguais direitos às partes envolvidas. Nº 9774

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB) — Sugere que a organização dos Estados e Municípios seja regida pelas constituições e leis que adotarem, respeitados os princípios e normas estabelecidas na Constituição Federal. Nº 9361

Sugere que a lei não possa excluir, da apreciação do Poder Judiciário, qualquer dano coletivo, ou lesão do direito individual. Nº 9362

Sugere que caiba ao Estado assegurar o direito inalienável de todo cidadão a moradia digna. Nº 9363

CÉSAR MAIA (PDT) — Sugere que a administração do tráfego aéreo seja federal e civil e organizada em ministério próprio e específico. Nº 9776

COSTA FERREIRA (PFL) — Sugere seja assegurada a reserva de mercado para produtos brasileiros de laboratório para insumos básicos da indústria farmacêutica. Nº 9009

Sugere seja competência da União organizar e manter a inspeção do trabalho, nas condições que estabelece. Nº 9013

Sugere seja obrigatório o ensino das normas fundamentais da Constituição nas escolas de 1º e 2º graus. Nº 9014

Sugere que os funcionários concursados para cargos de fiscalização federal constituam grupo unificado com as mesmas garantias, direitos, vantagens e responsabilidades. Nº 9020

CRISTINA TAVARES (PMDB) — Sugere sejam assegurados aos trabalhadores e às trabalhadoras os direitos enumerados. Nº 9000

Sugere seja proibida, nas sessões dos tribunais de justiça, a apreciação de pedido de inscrição para concurso público, conforme determina. Nº 9002

Sugere seja considerado crime contra a pessoa humana qualquer ato de violência sexual. Nº 9003

Sugere que os benefícios da seguridade social sejam ampliados. Nº 9004

Sugere norma sobre subsídios e vantagens de Governador de Estado. Nº 9332

DARCY DEITOS (PMDB) — Sugere a extensão das prerrogativas e imunidade dos Parlamentares Federais aos Vereadores. (SGC). Nº 9536

Sugere norma que disponha sobre a aposentadoria para a mãe de excepcional. Nº 9537

DENISAR ARNEIRO (PMDB) — Sugere que a União destine parcela do produto de arrecadação de impostos sobre lubrificantes líquidos ou gasosos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Nº 9590

DIONÍSIO DAL PRÁ (PFL) — Sugere seja o ensino religioso matéria obrigatória nos currículos de primeiro e segundo graus, respeitada a pluralidade religiosa dos alunos. Nº 9323

DIONÍSIO HAGE (PFL) — Sugere que seja assegurado a todos os brasileiros educação básica, e que aos trabalhadores sejam asseguradas condições especiais de estudo, nos termos que especifica. Nº 9839

Sugere seja o voto facultativo e definido o tempo de mandato dos membros dos Poderes Legislativo e Executivo. Nº 9589

Sugere que as forças públicas dos Estados, Distrito Federal e Territórios sejam subordinadas diretamente aos respectivos Governadores. Nº 9593

EDÉSIO FRIAS (PDT) — Sugere seja proibido ao Poder Executivo alterar as regras de funcionamento da área econômica, a não ser por lei do Congresso Nacional. Nº 9437

EDME TAVARES (PFL) — Sugere seja obrigatória a realização de concurso público de provas ou títulos para preenchimento inicial de cargos públicos. Nº 9049

Sugere seja assegurada educação gratuita nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis,

e a aplicação de percentuais de impostos na manutenção e melhoria do ensino, conforme determina. Nº 9050

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores igualdade quanto ao salário e ao critério de admissão; segurança no emprego; participação nos lucros e na direção da empresa e creches. Nº 9053

Sugere que a trabalhos iguais correspondam salários iguais. Nº 9054

Sugere seja incluído na Constituição o direito da mulher ao descanso remunerado, antes e depois do parto. Nº 9057

Sugere a manutenção de creches pelas empresas onde trabalhem pelo menos 15 (quinze) empregadas. Nº 9058

Sugere norma sobre a criação e instalação de juntas de conciliação e julgamento. Nº 9059

Sugere seja assegurado o direito de greve a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos. Nº 9060

Sugere que se assegure à trabalhadora rural, na forma especificada, o acesso às áreas reservadas à reforma agrária. Nº 9061

Sugere competência complementar aos Estados para legislar sobre matéria trabalhista. Nº 9062

Sugere seja vedado ao Presidente da República expedir decretos-leis. Nº 9063

Sugere seja assegurado aos trabalhadores direito à Previdência Social nos casos de doença, invalidez, morte, desemprego, acidentes de trabalho, e outros que enumera. Nº 9064

Sugere seja o salário do trabalho noturno superior ao do diurno. Nº 9065

Sugere que os trabalhadores urbanos e rurais tenham direito à previdência social, nos casos especificados pela lei. Nº 9066

EDUARDO JORGE (PT) — Sugere medidas de proteção ao meio ambiente e preservação das paisagens e do patrimônio histórico e cultural da coletividade. Nº 9330

Sugere dispositivos sobre direito à moradia e sobre planejamento urbano. Nº 9331

Sugere a criação de reservas extrativistas, pelo poder público, em regiões da Amazônia onde se processem atividades do tipo coleta de castanhas, extração do látex da borracha e outras semelhantes. Nº 9335

EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB) — Sugere norma de proteção do direito do consumidor. (SGC). Nº 9550

Sugere que a Fazenda Nacional seja representada, judicial e extrajudicialmente, em matéria financeira, tributária e patrimonial, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Nº 9986

ELIÉZER MOREIRA (PFL) — Sugere seja assegurada aos vereadores a inviolabilidade do mandato por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra. Nº 9785

Sugere que os vereadores não possam ser presos, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável. Nº 9786

Sugere seja vedado à União conceder isenções de tributos estaduais e municipais. Nº 9789

Sugere norma sobre o investimento e o reinvestimento de capital estrangeiro no País. Nº 9791

Sugere que o casamento seja civil, e gratuitos a sua celebração e o seu registro. Nº 9792

ERICO PEGORARO (PFL) — Sugere caiba à União legislar sobre princípios gerais de organização, efetivo, instrução complementar, justiça, garantias das polícias militares, nas condições que estabelece. Nº 9585

Sugere norma sobre educação. Nº 9586

Sugere que os sindicatos tenham liberdade e autonomia, e que o direito de greve seja assegurado. Nº 9596

EXPEDITO JÚNIOR (PMDB) — Sugere que a política agrícola seja voltada prioritariamente para os interesses dos pequenos agricultores, para a criação e fortalecimento de cooperativas, seja criteriosa a utilização de agrotóxicos. Nº 9336

Sugere que seja dado destaque ao plano de reforma agrária. Nº 9339

Sugere mudanças na política econômica e salarial do País. Nº 9340

Sugere medidas de proteção à saúde e garantia de recursos para abastecimento de água potável e saneamento básico. Nº 9343

Sugere que as Forças Armadas não possam intervir na vida política do País. Nº 9344

Sugere que seja estendido ao trabalhador rural os mesmos benefícios da previdência social urbana. Nº 9347

Sugere que a lei estabeleça os critérios para a realização de empréstimos, operações, acordos e obrigações com credores externos, garantidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios, pela empresa pública e privada. Nº 9348

Sugere dispositivo sobre definição da política de terras indígenas. Nº 9351

Sugere normas sobre a organização sindical. Nº 9352

Sugere que seja dever de todos e, prioritariamente do Estado, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Nº 9355

Sugere que a educação seja democrática, solidária, com ensino público e gratuito em todos os níveis e que se adote uma política de erradicação do analfabetismo num prazo mínimo que estabelece. Nº 9356

FÁBIO FELDMANN (PMDB) — Sugere norma ampliando o direito de iniciativa das leis. Nº 9674

Sugere que o Poder Público estimule a Educação Ambiental, em todos os níveis, inclusive a educação da comunidade. Nº 9752

FÁBIO LUCENA (PMDB) — Sugere a inserção no texto constitucional das normas gerais que enumera. Nº 9833

Sugere normas sobre crimes de traição à Pátria e outros; sobre o poder de legislar; sobre

a extinção dos atuais Tribunais Superiores de Justiça; bem como sobre direitos e garantias individuais. Nº 9837

FAUSTO ROCHA (PFL) — Sugere que se assegure aos trabalhadores igualdade de tratamento, na forma que estabelece. Nº 9201 Sugere que os menores, órfãos ou abandonados, tenham proteção especial da Sociedade e do Estado, na forma que estabelece. Nº 9202

Sugere que a admissão no serviço público dependa sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, e dá outras providências. Nº 9203

Sugere que a Constituição seja promulgada na forma que especifica. Nº 9204

Sugere seja competência dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios julgar as contas dos exercícios findos, e dá outras providências. Nº 9205

Sugere seja assegurada a todos a livre manifestação de pensamento, e dá outras providências. Nº 9206

Sugere que as entidades de Assistência Social fiquem isentas de qualquer imposto, contribuição ou taxas de serviço federal, estadual ou municipal. Nº 9207

Sugere que a atividade econômica caiba à iniciativa particular. Nº 9208

Sugere que a União, os Estados e os Municípios combatam o tráfico de drogas em todas as suas formas. Nº 9209

Sugere que se considere crime todo atentado à natureza. Nº 9210

Sugere a criação de Foros Distritais Trabalhistas nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal. Nº 9211

Sugere que a exploração de canais de rádio e televisão por particulares fique condicionada à destinação de duas horas diárias para programas educativos. Nº 9212

Sugere norma sobre o direito de culto. Nº 9213

Sugere que os poderes constituídos e a sociedade sejam co-responsáveis pela preservação do equilíbrio ecológico. Nº 9214

Sugere norma dispondo sobre a proibição de televisionamento de bailes carnavalescos ou eventos semelhantes, em qualquer horário. Nº 9215

Sugere seja assegurada remuneração condigna aos professores de todo o País. Nº 9216

Sugere que o montante de todos os impostos arrecadados pela União, estados e municípios tenham a distribuição que especifica. Nº 9217

Sugere seja garantido aos pais o direito de determinar o número de filhos, vedada qualquer forma coercitiva em contrário pelos poderes públicos ou entidades privadas. Nº 9218

Sugere que o ensino religioso nas escolas públicas tenha caráter facultativo. Nº 9219

Sugere que seja assegurada a todos os brasileiros proteção à pessoa, à família e ao patrimônio, conforme estabelece. Nº 9220

Sugere que os poderes públicos estabeleçam programa de repressão ao uso e tráfico de drogas. Nº 9221

Sugere que os termos da declaração universal dos direitos da criança, sejam adotados pela Constituição. Nº 9222

Sugere que os crimes contra a economia popular e contra o fisco sejam inafiançáveis. Nº 9223

Sugere que o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, aos Municípios e às Autarquias seja contado para todos os fins, conforme especifica. Nº 9224

Sugere seja garantido a todos o direito a moradia digna e adequada. Nº 9225

Sugere que as empresas enumeradas fiquem sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União, na forma que determina. Nº 9226

Sugere que a tortura seja considerada crime insusceptível de anistia e de prescrição, e dá outras providências. Nº 9227

Sugere dispositivo sobre feriados nacionais. Nº 9228

Sugere seja destinada uma porcentagem do Orçamento da União para o Poder Judiciário. Nº 9231

Sugere a criação e a instalação de tribunais de pequenas causas nos Municípios com mais de 20 (vinte) mil habitantes. Nº 9232

Sugere que a tramitação dos processos nos órgãos públicos seja rápida, conforme especifica. Nº 9233

Sugere que o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Governadores e Vice-Governadores de Estado, os Prefeitos e os Vice-Prefeitos tomem posse no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição. Nº 9234

Sugere que Lei federal disponha sobre as condições de legitimação de posse e de transferência de terras na área urbana. Nº 9235

Sugere limites máximos para os rendimentos totais de servidores da Administração Pública, direta e indireta, e das Fundações instituídas pelo Governo. Nº 9236

Sugere que as Forças Armadas atuem na defesa da segurança interna e externa. Nº 9237

Sugere que todo cidadão possa pedir a anulação de atos lesivos ao patrimônio público, bem como de privilégios indevidos concedidos a pessoas físicas e jurídicas. Nº 9238

Sugere normas gerais sobre a atividade econômica. Nº 9239

FRANCISCO DIÓGENES (PDS) — Sugere norma dispondo sobre a organização da justiça nos Estados (SGC). Nº 9881

Sugere que a proibição de acumular proventos não se aplique aos aposentados, aos militares da reserva e aos reformados, nos termos que estabelece (SGC). Nº 9885

Sugere aposentadoria aos trinta anos de magistério para o professor e aos vinte e cinco para a professora, com vencimentos integrais (SGC). Nº 9889

Sugere norma disciplinando a investidura em cargos públicos. (SGC). Nº 9896

Sugere norma sobre o orçamento da União (SGC). Nº 9900

Sugere que o Poder Legislativo seja exercido pelo Congresso Nacional, cuja composição define. Nº 9904

Sugere norma dispondo sobre limite de rendimentos dos servidores públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nº 9908

Sugere seja dever do Estado e de todos apoiar a cultura e proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e natural. Nº 9912

Sugere norma dispondo sobre o Conselho de Defesa Nacional, sobre a guerra e as Forças Armadas. Nº 9916

Sugere norma que regule a aplicação de percentual da Receita Tributária no ensino de primeiro grau. Nº 9923

GANDI JAMIL (PFL) — Sugere normas sobre a composição do Senado Federal, conforme relaciona. Nº 9376

Sugere dispositivo sobre a reeleição do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, nas condições que estabelece. Nº 9380

Sugere norma assegurando igualdade de direitos entre os trabalhadores. Nº 9732

Sugere que a União promova a desapropriação da propriedade territorial rural reconhecidamente improdutiva, mediante pagamento de indenização justa e para fins determinados. Nº 9733

Sugere seja assegurado o direito de aposentadoria para todos os trabalhadores e servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, após vinte e cinco anos de trabalho, com proventos integrais. Nº 9734

Sugere norma sobre a organização da segurança pública, e outras providências. Nº 9736

Sugere norma que garanta o exercício do voto aos 16 anos de idade. Nº 9737

Sugere que os ensinos de primeiro e segundo graus e superior sejam ministrados pelo poder público, em língua nacional, nas condições que estabelece. Nº 9738

Sugere dispositivos sobre os direitos fundamentais das crianças e seus direitos específicos quanto à educação, à saúde e ao trabalho. Nº 9740

Sugere seja atribuída competência aos municípios para criação de instituto de previdência, com vistas à seguridade de seus vereadores. Nº 9797

Sugere sejam isentos do Imposto sobre a Renda os proventos de aposentadoria. Nº 9861

GERALDO BULHÕES (PMDB) — Sugere correções para as distorções salariais referentes ao funcionalismo público. Nº 9894

Sugere a aposentadoria com proventos integrais após 30 anos de serviço para o homem, e após 25 anos para a mulher. Nº 9898

Sugere que todos tenham direito à saúde e o dever de protegê-la e promovê-la. Nº 9902

Sugere que os recursos federais, estaduais e municipais destinados à educação sejam imediatamente repassados à secretarias de educação dos municípios. Nº 9906

Sugere que o Estado adote uma política salarial compatível com as necessidades da família. Nº 9910

Sugere que a União destine percentual do seu orçamento à educação, conforme determina. Nº 9914

Sugere que lei complementar assegure e regule o direito de todo cidadão intervir nos negócios através de plebiscito. Nº 9918

Sugere norma sobre a destinação de percentual da renda tributária à Região Nordeste. Nº 9922

Sugere seja assegurado ao cidadão o direito de intervir nos negócios da União, dos Estados, Distrito Federal e municípios através da consulta popular. Nº 9927

Sugere uniformização das normas disciplinadoras das competições esportivas no território nacional e no exterior. Nº 9928

Sugere seja obrigação de cada Estado criar uma comarca em cada município, conforme estabelece. Nº 9932

Sugere que os proventos da aposentadoria dos funcionários públicos sejam isentos do Imposto de Renda. Nº 9936

Sugere normas que fixem em 500 (quinhentos) o número de cadeiras da Câmara dos Deputados. Nº 9940

Sugere que os Estados situados no polígono das secas tenham direito à descontos no imposto sobre os produtos oriundos da Região Centro-Sul. Nº 9943

Sugere seja fixado em 5 (cinco) anos o mandato de Governador e Vice-Governador de Estado. Nº 9944

Sugere que os Estados do Nordeste, cujas exportações apresentem superávit, façam jus a um percentual sobre o produto dessa operação. Nº 9947

Sugere norma que fixe a idade de 16 anos para o exercício do direito de voto. Nº 9948

Sugere seja assegurada ao trabalhador a política do pleno emprego. Nº 9951

Sugere norma fixando limite para despesas da União, dos Estados e dos Municípios com pessoal. Nº 9952

Sugere norma assegurando ao cidadão o direito de intervir nos negócios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através do instituto do referendo popular. Nº 9956

Sugere norma instituindo o parlamentarismo. Nº 9960

Sugere dispositivo sobre a liberdade de associação dos pescadores. Nº 9982

GILSON MACHADO (PFL) — Sugere critérios relativos à comemoração de feriados. Nº 9846

HÉLIO MANHÃES (PMDB) — Sugere dispositivo sobre o financiamento para aquisição de equipamentos rodoviários, agrícolas e de limpeza urbana para Estados e Municípios. Nº 9939

Sugere que a eleição para Governador e Vice-Governador de Estado seja em dois turnos, e dá outras providências. Nº 9955

Sugere dispositivo sobre a comercialização de gêneros essenciais por órgãos do Governo Federal. Nº 9957

Sugere seja racionalizado o recolhimento das obrigações sociais e trabalhistas pagas pelas empresas. Nº 9961

Sugere norma sobre Decretos-Leis. Nº 9964

Sugere norma sobre recesso parlamentar em ano eleitoral. Nº 9965

Sugere norma sobre a criação de uma superintendência civil e outra militar da Presidência da República nas Capitais dos Estados. Nº 9968

Sugere a criação do fundo de emergência do desempregado para trabalhadores que recebiam até dois salários mínimos. Nº 9969

Sugere norma sobre a participação de Deputados em Comissão Permanente. Nº 9973

Sugere que os Deputados e Senadores sejam invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, e demais condições que estabelece. Nº 9976

Sugere norma dispoendo sobre a participação dos municípios na arrecadação do imposto único sobre minerais, e dá outras providências. Nº 9977

Sugere a alteração dos critérios para a distribuição de recursos da loteria esportiva e da lota, e a criação de um fundo de assistência social nos municípios. Nº 9980

Sugere que as taxas de juros para os empréstimos contraídos pelos Estados e Municípios por antecipação de receita sejam reduzidas a percentuais que define. Nº 9984

Sugere norma que disponha sobre a isenção do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados, para a aquisição de equipamentos rodoviários e de limpeza pública pelos Estados e Municípios. Nº 9988

HÉLIO ROSAS (PMDB) — Sugere a criação de juizados de instrução criminal. Nº 9001

Sugere norma que disponha sobre a criação do Departamento de Polícia Federal Rodoviária, subordinado ao Ministério da Justiça. Nº 9005

Sugere norma que disponha sobre a aplicação de parcela do Orçamento do Município no setor de saúde pública. Nº 9006

Sugere seja assegurado aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos inerentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos que estabelece. Nº 9007

Sugere normas sobre a convocação, competência e estrutura básica das forças policiais e corpos de bombeiros. Nº 9008

IRAJÁ RODRIGUES (PMDB) — Sugere dispositivo sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), tornando-o restituível. Nº 9802

Sugere norma que disponha sobre o Sistema Tributário Nacional, crie o Conselho Tributário Nacional, e dá outras providências. Nº 9841

Sugere que a União realize programas de desconcentração industrial. Nº 9845

Sugere seja suspenso, por prazo determinado, o pagamento do principal e acessórios da dívida externa brasileira, que o Governo proceda a auditorias sobre todas as dívidas externas públicas ou privadas; que findo o prazo de suspensão, os instrumentos de renegociação da dívida sejam submetidos previamente ao Congresso Nacional. Nº 9849

Sugere a concessão de proventos proporcionais ao tempo de serviço aos aposentados, com reajustes automáticos de acordo com os índices oficiais. Nº 9853

Sugere a garantia de direitos fundamentais iguais a todos os trabalhadores, independentemente da categoria a que pertençam. Nº 9857

ISMAEL WANDERLEY (PMDB) — Sugere dispositivos sobre a organização econômica, princípios gerais e intervenção do Estado, formas de propriedade, bens e meios de produção, regime e propriedade do subsolo. Nº 9793

Sugere sobre a implantação de distritos municipais. Nº 9794

Sugere que os bens públicos sejam inalienáveis e impenhoráveis. Nº 9795

Sugere que sejam assegurados direitos à paternidade e maternidade, à sucessão hereditária e ao uso do patronímico do pai ou da mãe para todos os filhos. Nº 9798

Sugere dispositivos sobre o mandato do atual Presidente da República. Nº 9799

Sugere normas sobre a criação da defensoria cívica. Nº 9803

Sugere seja garantido aos servidores inativos remuneração e direitos iguais aos na atividade. Nº 9804

Sugere norma disciplinando o serviço militar. Nº 9805

Sugere que as Constituições estaduais fixem percentual mínimo do orçamento para manutenção do Poder Judiciário. Nº 9806

Sugere igualdade de condições e direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, respeitada a natureza das atividades exercidas para fixação dos limites de aposentadoria. Nº 9807

Sugere dispositivo sobre o ingresso na magistratura. Nº 9808

Sugere caiba ao Estado garantir e viabilidade da produção e comercialização de alimentos básicos de origem agrícola. Nº 9809

Sugere seja garantida à população seguridade social mediante planos que enumera; que as empresas privadas ou públicas arquem com as contribuições sociais sem embargo da participação da União. Nº 9811

Sugere que o Procurador-Geral da República seja eleito dentre membros do Ministério Público Federal. Nº 9812

Sugere que a representação por inconstitucionalidade ou para interpretação de lei ou ato normativo caiba ao Procurador-Geral da República ou a advogado. Nº 9813

Sugere seja assegurada ao trabalhador remuneração não inferior a 1/20 do maior salário, ou do "pró labore", pago na empresa. Nº 9815

Sugere que os princípios fundamentais da República sejam elaborados com base no estado democrático de direito, na vontade do povo e na justiça social. Nº 9816

Sugere seja dever do Estado oferecer gratuitamente tratamento, assistência e ensino especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial. Nº 9817

Sugere que todos os brasileiros tenham direito à assistência farmacêutica. Nº 9819

Sugere que sejam revistos os proventos dos inativos sempre que houver modificações dos vencimentos da categoria a que pertenceram quando em atividade. Nº 9820

Sugere a instituição do salário-lazer no mesmo montante do salário percebido pelo trabalhador em gozo de férias. Nº 9821

Sugere seja assegurado a todo cidadão o exercício popular direto do poder, conforme a lei dispuser. Nº 9823

Sugere que toda criança em idade pré-escolar tenha direito a creche pública e gratuita. Nº 9824

Sugere que seja vedada aos magistrados a participação em atividades comerciais. Nº 9825

Sugere dispositivo sobre o prazo para a regulamentação das normas constitucionais que não sejam auto-aplicáveis. Nº 9827

Sugere norma dispoendo sobre o direito dos trabalhadores de participar da gestão e dos lucros das empresas. Nº 9828

Sugere que seja obrigatório às empresas com mais de 100 (cem) empregados o fornecimento de alimentação, inclusive na zona rural. Nº 9829

Sugere que o ensino público gratuito, básico e universal, seja direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Nº 9831

Sugere dispositivo sobre a instituição do juízo de instrução criminal. Nº 9832

Sugere a concessão do seguro-desemprego com valor não inferior ao salário mínimo. Nº 9835

Sugere dispositivo sobre o direito de voto aos maiores de dezesseis anos, alistados na forma da lei. Nº 9840

Sugere dispositivo sobre a iniciativa legislativa popular. Nº 9843

Sugere norma sobre a estabilidade do trabalhador urbano e rural no emprego. Nº 9844

Sugere norma que assegure direitos aos consumidores, conforme específica. Nº 9847

Sugere norma criando tribunais e juízes agrários. Nº 9848

Sugere a criação de espaço físico-ecológico brasileiro. Nº 9851

Sugere que o Estado assegure a toda criança de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e onze meses educação pré-escolar obrigatória, laica, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento biossocial, psico-afetivo e intelectual. Nº 9854

Sugere direitos iguais aos trabalhadores rurais e urbanos. Nº 9855

Sugere norma que disponha sobre a autonomia dos Estados na organização do Poder Judiciário e Ministério Público estaduais, obser-

vados os princípios constitucionais. Nº 9858

Sugere seja assegurado o ingresso em juízo e a defesa dos direitos do cidadão, conforme específica. Nº 9859

Sugere limite de 4 (quatro) horas diárias para o trabalhador menor de idade, urbano rural. Nº 9860

IVAN BONATO (PFL) — Sugere que a remuneração dos servidores públicos não exceda a dos chefes dos Poderes Executivo federal, estadual e municipal. Nº 9713

Sugere que as despesas com o funcionalismo não ultrapassem 60% (sessenta por cento) da receita dos Estados e 40% (quarenta por cento) da receita dos Municípios. Nº 9714

Sugere que seja vedado à União beneficiar qualquer categoria ou atividade profissional através de isenção de tributos. Nº 9715

Sugere que a lei assegure o sigilo bancário. Nº 9716

Sugere que o Conselho Monetário Nacional regulamente as atividades dos mercados financeiro e de capitais. Nº 9717

Sugere que a disciplina das instituições financeiras incentive a participação dos empresários da indústria, agricultura, do comércio e demais serviços na composição acionária e na gestão das instituições financeiras. Nº 9718

Sugere que o Banco Central do Brasil exerça o controle e a fiscalização das instituições financeiras. Nº 9719

Sugere seja de exclusiva competência da União a emissão de moeda, a coordenação e o controle do crédito, a disciplina das instituições financeiras. Nº 9720

Sugere que o Sistema Financeiro Nacional seja organizado com vistas a assegurar a melhor utilização dos recursos financeiros, estimulando o investimento e promovendo o pleno emprego, o desenvolvimento e o bem-estar social. Nº 9721

Sugere que o Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil sejam indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal, nos termos que estabelece. Nº 9722

Sugere que o Conselho Monetário Nacional seja constituído por membros indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal e funcione sob a Presidência do Ministro da Fazenda. Nº 9723

IVO VANDERLINDE (PMDB) — Sugere norma dispoendo sobre a autonomia dos Municípios. Nº 9905

Sugere norma sobre a organização do Poder Judiciário (SGC). Nº 9909

Sugere norma sobre a criação do Tribunal Constitucional. Nº 9913

Sugere a participação do Poder Judiciário no produto da arrecadação tributária, conforme estabelece (SGC). Nº 9917

Sugere norma declarando de interesse público a abelha e a flora apícola. Nº 9920

Sugere que as terras públicas cobertas por florestas e demais formações vegetais não

possam ser transferidas à propriedade privada nem destinadas a outros fins sem a prévia anuência do órgão florestal competente. Nº 9924

JAIRO CARNEIRO (PFL) — Sugere que a tortura seja considerada crime inafiançável e imprescritível, e outras providências. Nº 9440

Sugere disposições gerais sobre a organização das Forças Armadas. Nº 9444

Sugere que seja garantida a segurança no emprego, e sugere outras normas sobre direitos do trabalhador. Nº 9852

Sugere dispositivo sobre a reforma agrária. Nº 9856

Sugere que na administração de justiça caiba aos juízes e aos tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação de legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. Nº 9862

Sugere que as empresas sejam obrigadas a fornecer alimentação e alojamento quando o trabalho exigir a permanência do trabalhador dentro da empresa. Nº 9863

Sugere que o Nordeste seja prioridade nacional e que à União caiba aplicar nessa região os recursos que especifica. Nº 9864

Sugere que toda pessoa tenha direito à proteção do Estado no que se refere à vida, à integridade física, à liberdade, à segurança, à honra, à reputação e à imagem. Nº 9866

Sugere normas sobre direitos dos trabalhadores. Nº 9867

Sugere prioridade à região Nordeste na aplicação de recursos da União. Nº 9868

Sugere seja assegurada a inviolabilidade do sigilo da correspondência e dos outros meios privados de comunicação. Nº 9870

Sugere normas sobre educação. Nº 9871

Sugere norma sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar o Presidente da República a declarar Estado de exceção constitucional. Nº 9872

Sugere norma sobre o processo legislativo. Nº 9874

Sugere que toda pessoa, natural ou jurídica, seja responsável pela defesa e segurança nacional e pelos princípios e valores fundamentais concernentes à liberdade e ao estado de direito democrático e que seja criado conselho de defesa e segurança nacional, conforme estabelece. Nº 9875

Sugere seja assegurado aos partidos políticos e organizações sindicais o direito ao uso regular de tempo e espaço nos veículos e meios de comunicação do País. Nº 9876

Sugere disposições relativas a direitos políticos, sobre voto popular e organização partidária. Nº 9878

Sugere que o povo brasileiro somente recorra à guerra nos casos que estabelece. Nº 9879

Sugere caiba ao Estado garantir a saúde como direito fundamental do cidadão, a assistência médica gratuita à maternidade, aos indigentes, à infância, à juventude e aos idosos. Nº 9880

Sugere que não se utilize a informática para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa ou vida privada. Nº 9882 Sugere norma sobre competências privativas do Senado Federal. Nº 9883

Sugere que a jornada de trabalho não ultrapasse oito horas diárias nem quarenta horas semanais, e que seja assegurado ao trabalhador o direito de participar da gestão da empresa de capital nacional. Nº 9884

Sugere competência cumulativa ao Congresso Nacional para a iniciativa de lei que conceda anistia. Nº 9886

Sugere que as autoridades militar e civil não possam ser exercidas simultaneamente por um mesmo cidadão, exceto no caso de guerra, conforme especifica. Nº 9887

Sugere que todos os cidadãos tenham direito de apresentar, individual ou coletivamente, aos órgãos de soberania ou a qualquer autoridade do País, solicitações e demandas, conforme a lei estabelecer. Nº 9888

Sugere que a defesa seja um direito inviolável do cidadão. Nº 9890

Sugere normas sobre competências privativas do Presidente da República. Nº 9891

Sugere que todos tenham direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias, conforme especifica. Nº 9892

Sugere norma que assegure à sociedade civil e às autoridades de classe o direito de participação nas decisões políticas, sociais e económicas do País. Nº 9899

Sugere normas sobre partidos políticos, democracia e unidade de governo. Nº 9931

Sugere norma sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar o Presidente da República a declarar a guerra. Nº 9935

Sugere norma sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional para a indicação de nomes para o cargo de Ministro de Estado. Nº 9972

JARBAS PASSARINHO (PDS) — Sugere normas sobre a exploração de riquezas minerais e o monopólio da União sobre jazidas petrolíferas e de minerais radioativos. Nº 9617

Sugere sejam previstos em lei investimentos de capital estrangeiro que atendam ao interesse nacional. Nº 9618

Sugere que seja reconhecido o direito à propriedade privada e à herança, nas condições que estabelece. Nº 9743

Sugere que o Presidente da República possa expedir decretos-leis, nos casos que enumera. Nº 9744

Sugere que o Estado proporcione a todos iguais oportunidades em matéria educacional; que o Poder Público garanta aos alunos formação religiosa e moral, que as universidades gozem de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira; que as empresas comerciais, industriais e agrícolas assumam responsabilidade junto aos filhos de seus em-

pregados, no que se refere à educação. Nº 9745

Sugere inclusão de dispositivos que regulem o processo de votação de emendas constitucionais. Nº 9746

Sugere norma sobre a sindicalização e o direito de greve. Nº 9747

Sugere seja assegurada a liberdade de organização de partidos políticos, obedecidos os princípios democráticos e os do pluralismo partidário. Nº 9748

JOÃO MENEZES (PFL) — Sugere a edição de um novo código que assegure a justa remuneração do trabalhador e que especifique os direitos e deveres dos empregados e empregadores. Nº 9834

Sugere seja competência da União instituir os impostos, conforme especifica. Nº 9838

Sugere que toda e qualquer espécie de jogo seja realizada sob a responsabilidade da União, que autorizará os Estados a proverem tais atividades, nos termos que a lei definir. Nº 9842

JOÃO REZEK (PMDB) — Sugere que se estabeleça um teto máximo e uma percentagem do orçamento municipal e estadual, para gastos com seus funcionários públicos. Nº 9384

Sugere seja proibida a formação de monopólios na exploração dos serviços rodoviários intermunicipais e interestaduais de transporte coletivo de passageiros. Nº 9388

Sugere norma que disponha sobre os gastos dos Estados e Municípios com o funcionalismo público. (SGC) Nº 9547

JOACI GÓES (PMDB) — Sugere que a elaboração de planos fique condicionada à previsão de recursos financeiros para os mesmos, conforme especifica. Nº 9925

Sugere que as terras devolutas da União e dos Estados sejam definidas pelos mesmos critérios. Nº 9933

Sugere normas sobre a organização do Poder Judiciário, a composição do Ministério Público, a criação de juízos e a assistência judiciária. Nº 9937

Sugere que o Estado, sem prejuízo da iniciativa privada, promova o desenvolvimento da ciência, na forma que estabelece. Nº 9941

Sugere norma sobre aplicação dos recursos públicos federais. Nº 9945

Sugere que a lei institua um sistema de revisão e controle dos planos estatais. Nº 9949

Sugere disposições sobre o sistema tributário. Nº 9953

Sugere que a defesa de direitos lesados, conforme especifica, seja assegurada mediante processo legal. Nº 9978

JOFRAN FREJAT (PFL) — Sugere que os dispositivos da anistia ampla, geral e irrestrita sejam mantidos e ampliados aos servidores civis e militares punidos no período de 2 de setembro de 1961 até a promulgação da Constituição. Nº 9836

JORGE VIANNA (PMDB) — Sugere dispositivos sobre as políticas agrária, fundiária e agrícola. Nº 9188

JOSÉ AGRIPINO (PFL) — Sugere o reconhecimento da profissão de "Dona de Casa", conforme estabelece. Nº 9810

Sugere que seja assegurado ao trabalhador rural aposentado remuneração mínima equivalente a um salário mínimo. Nº 9814

Sugere dispositivo sobre o direito de voto a partir de 16 anos de idade. Nº 9818

Sugere seja no Orçamento da União destinada verba ao Fundo Partidário. Nº 9822

Sugere que a União aplique percentual de sua receita na Região Nordeste, conforme estabelece. Nº 9826

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL) — Sugere seja dado tratamento diferenciado às micro, pequenas e médias empresas. Nº 9448

Sugere seja dada prioridade às micro, pequenas e médias empresas, quando criadoras de massa falida. Nº 9452

Sugere dispositivo sobre o direito de obter a Carteira Nacional de Habilitação a partir dos dezesseis anos de idade. Nº 9456

Sugere a instituição da candidatura independente para qualquer cargo eletivo. Nº 9895

Sugere normas sobre a eleição e sobre o mandato do Presidente da República. Nº 9903

Sugere dispositivo sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nº 9907

Sugere seja assegurado a todos o direito de desfrutar do patrimônio natural e cultural, bem como o dever de protegê-lo e melhorá-lo. Nº 9911

Sugere normas sobre a escolha de Ministros de Estado e sobre a composição dos Ministérios. Nº 9915

Sugere que o servidor público no exercício de mandato eletivo possa optar entre os seus rendimentos e os da parte fixa dos subsídios do referido mandato. Nº 9919

JOSÉ CARLOS SABÓIA (PMDB) — Sugere dispositivos relativos ao direito dos povos indígenas sobre as terras que ocupam e sobre as áreas necessárias à preservação de seu meio ambiente e de seu patrimônio cultural. Nº 9199

Sugere que o Poder Público intervenha para solucionar conflitos sociais no campo, sempre que ocorra ou esteja na iminência de ocorrer violência. Nº 9200

JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS (PMDB) — Sugere a estruturação do Sistema Financeiro Nacional e que caiba à União emitir moedas e fiscalizar as operações de crédito, capitalização e seguro e, ao Congresso Nacional, legislar sobre matéria financeira. Nº 9392

JOSÉ COSTA (PMDB) — Sugere que o Estado assegure proteção especial à família, à criança, ao jovem, aos deficientes físicos mentais, aos idosos, que o casamento seja civil e gratuita sua celebração; que os genitores

tenham, quanto à prole, iguais direitos e deveres. Nº 9194  
Sugere a liberdade da iniciativa privada, resguardada a ação supletiva e reguladora do Estado. Nº 9196

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB) — Sugere normas disciplinadoras do Sistema Eleitoral. Nº 9790  
Sugere a obrigatoriedade do voto e da filiação partidária. Nº 9801  
Sugere normas sobre o Sistema Eleitoral. Nº 9830

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS) — Sugere norma sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nº 9189

JOSÉ RICHA (PMDB) — Sugere sejam objetivos permanentes da agricultura brasileira a ocupação econômica do território nacional e a segurança do abastecimento do mercado doméstico. Nº 9893

Sugere que as atividades de saúde pública sejam organizadas de forma integrada, cabendo à União a formulação e o acompanhamento de políticas nacionais de saúde, e aos Estados, Distrito Federal e Municípios a execução dessas políticas. Nº 9897

Sugere que lei complementar fixe a competência tributária de cada componente da Federação, na forma que menciona. Nº 9901  
Sugere norma sobre a criação de Municípios. Nº 9921

Sugere normas sobre o ingresso de servidores na administração pública. Nº 9926

Sugere que a União crie um Conselho Nacional de Planejamento para elaborar os planos nacionais de desenvolvimento. Nº 9929  
Sugere seja da competência da União as matérias que especifica. Nº 9930

Sugere que lei estabeleça critérios iguais para fixar o valor das pensões civis e militares. Nº 9934

Sugere seja assegurado a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos civis, o direito de greve e de sindicalização, conforme especifica. Nº 9938

Sugere que os proventos da aposentadoria sejam revistos sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Nº 9942

Sugere norma sobre a inclusão dos Municípios na organização político-administrativa do Brasil. Nº 9946

Sugere disposições sobre voto distrital, tempo de mandato, simultaneidade das eleições, partidos políticos e outras matérias afins. Nº 9950

Sugere norma estabelecendo prazo para a elaboração da legislação complementar à Constituinte. Nº 9954

Sugere norma sobre a organização do Poder Legislativo. Nº 9958

Sugere norma autorizando a expedição de decretos-leis pelo presidente da República. Nº 9974

JOSÉ SERRA (PMDB) — Sugere que o Congresso Constituinte seja mantido em atividade com o fim de elaborar a legislação complementar à Constituição, conforme estabelece. Nº 9298

JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL) — Sugere norma que disponha sobre os órgãos regionais de desenvolvimento econômico com atuação em mais de um Estado. Nº 9544

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL) — Sugere norma estabelecendo teto para o comprometimento de verbas orçamentárias para o pagamento de servidores. Nº 9093  
Sugere que nenhum servidor público perceba, em hipótese alguma, menos de um salário mínimo. Nº 9094

Sugere normas quanto à estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta autárquica. Nº 9097

Sugere seja dever do Estado promover os meios necessários para o desenvolvimento da pesquisa, produção e controle de qualidade de insumos farmacêuticos. Nº 9098

Sugere que o Congresso Nacional possa ser convocado mediante deliberação da maioria absoluta de qualquer de suas Casas. Nº 9101

Sugere que cada uma das Câmaras tenha competência para dispor, em regimento interno, sobre a ordem de seus trabalhos, sua organização política e provimento de cargos, nas condições que determina. Nº 9102

Sugere caiba privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por maioria absoluta de seus membros, através de voto secreto, a escolha de magistrados, nas condições que especifica. Nº 9103

Sugere que os Deputados e Senadores sejam invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, nas condições que estabelece. Nº 9104

Sugere seja concedida isenção de impostos federais e estaduais, bem como de taxas alfandegárias, aos implementos e equipamentos destinados à pessoa deficiente. Nº 9105

Sugere norma sobre a administração colegiada da Previdência Social. Nº 9106

Sugere norma sobre veto presidencial. Nº 9107

Sugere que a não-apreciação do decreto-lei, nos prazos fixados por esta Constituição, importe rejeição do mesmo. Nº 9108

Sugere que todo deficiente físico tenha direito a prestar concurso público, devendo sujeitar-se a um exame médico diferenciado. Nº 9109

Sugere que lei estabeleça os prazos relativos ao sigilo de documentos da administração pública. Nº 9110

Sugere que o funcionário público possa aposentar-se voluntariamente após 15 anos de serviço, e dispõe sobre proventos da aposentadoria. Nº 9111

Sugere que não seja incluída na parte relativa ao sistema eleitoral qualquer tipo de restrição ao direito de voto dos militares. Nº 9112

Sugere que Lei especial estabeleça o plano nacional de saúde, observados os princípios que estabelece. Nº 9113

Sugere que seja proibida a aprovação de qualquer matéria por decurso de prazo. Nº 9114  
Sugere que os Deputados e Senadores sejam representantes do povo, e estejam, em suas opiniões, palavras e votos, subordinados exclusivamente à própria consciência. Nº 9115  
Sugere que o Presidente da República e os membros do Congresso Nacional sejam eleitos na mesma oportunidade, para mandatos de igual duração. Nº 9116

Sugere normas sobre direitos e garantias individuais e direitos sociais do trabalhador. Nº 9117

Sugere termos relativos ao preâmbulo da Constituição. Nº 9118

Sugere que os poderes públicos promovam e executem planos e programas habitacionais. Nº 9119

Sugere seja assegurado o direito à propriedade, nos termos que estabelece. Nº 9120  
Sugere seja proibido o uso de drogas e meios contraceptivos que ainda estejam em fase de experimentação, e dá outras providências. Nº 9121

Sugere igualdade entre os cônjuges, conforme estabelece. Nº 9122

Sugere que o Poder Legislativo, federal ou estadual, possa avocar a si o licenciamento para produção ou uso de substâncias químicas ou fontes energéticas que constituam ameaça potencial ao ecossistema natural e à saúde humana. Nº 9123

Sugere que a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios não possam utilizar menos de 15% de seus respectivos orçamentos para programas de saúde. Nº 9124

Sugere a participação efetiva dos municípios na política e na administração das entidades metropolitanas. Nº 9125

Sugere que as terras devolutas necessárias à proteção do ecossistema natural sejam indisponíveis para outros fins. Nº 9126

Sugere que se incluam entre os direitos fundamentais do indivíduo os relativos ao meio ambiente, à identidade étnica e cultural, à saúde e à educação. Nº 9127

Sugere norma sobre a composição do imposto sobre a propriedade territorial rural, nos termos que estabelece. Nº 9128

Sugere que lei complementar estabeleça competência para cada Município organizar sua própria Lei Orgânica. Nº 9129

Sugere dispositivo sobre a proteção do meio ambiente. Nº 9130

Sugere dispositivo que assegure aos povos indígenas o direito sobre as terras que ocupam; que proteja as populações indígenas e que defenda as áreas naturais para a preservação da biota. Nº 9131

Sugere que o Poder Público incentive a cooperação entre o Estado e a sociedade na conservação e na valorização dos bens culturais e naturais, através de benefícios e incentivos fiscais e creditícios. Nº 9132

Sugere sejam objetivos da educação a valorização do patrimônio cultural, étnico e natural do país, a preservação de todas as expressões da cultura, bem como a memória nacional.

Nº 9133

Sugere seja incentivado o desenvolvimento científico e tecnológico para atender às necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, dando-se prioridade ao esforço para a completa incorporação dos marginalizados à sociedade moderna. Nº 9134

Sugere seja vedado à União legislar sobre tributos municipais, salvo nos casos que estabeleça. Nº 9135

Sugere seja competência da União o licenciamento para serviços e instalações de energia, definindo as exceções. Nº 9136

Sugere norma que disponha sobre a remoção dos obstáculos de ordem econômica, social, pública e cultural ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, a efetiva participação de todos na organização política e social do País e à liberdade dos cidadãos. Nº 9137

Sugere dispositivos referentes à composição do Supremo Tribunal Federal. Nº 9138

Sugere que o valor integral do imposto territorial rural seja devido ao município, conforme específica. Nº 9139

Sugere normas sobre proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais nas relações internacionais. Nº 9140

Sugere a não-incidência de imposto de qualquer natureza sobre as áreas onde a legislação vedar a modificação do ecossistema natural e dá outras providências. Nº 9141

Sugere que não sejam tributados o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e das instituições que enumera. Nº 9142

Sugere que o Poder Público proteja o meio ambiente e conserve os recursos naturais através de uma política nacional do meio ambiente. Nº 9143

Sugere norma que consagre o instituto da inconstitucionalidade por omissão. Nº 9144

Sugere que o Brasil seja uma República Federativa constituída pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. Nº 9145

Sugere seja assegurada a autonomia municipal, nas condições que estabelece. Nº 9146

Sugere norma sobre o pagamento de "royalties" aos municípios onde ocorra extração de petróleo ou gás natural. Nº 9147

Sugere norma disciplinando a criação de regiões metropolitanas. Nº 9148

Sugere dispositivos referentes a funções, princípios e organização da assistência judiciária. Nº 9149

Sugere seja parte legítima o cidadão ou pessoa jurídica nacional de fins não lucrativos para mover ação que vise a anular atos lesivos ao patrimônio público das unidades federadas, conforme determina. Nº 9150

Sugere não seja vedado aos Parlamentares o direito de iniciativa de lei sobre matéria financeira. Nº 9151

Sugere sejam partes legítimas para propor ação direta de declaração de inconstitucio-

nalidade de Leis e de Atos Normativos Federais o Procurador-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, os Conselhos Federais disciplinadores das várias profissões e as confederações nacionais, e dá outras providências. Nº 9152

Sugere que cada Estado estabeleça os requisitos mínimos para a criação de seus municípios. Nº 9153

Sugere norma estendendo o direito de Iniciativa Legislativa Federal aos partidos políticos e aos eleitores, nas condições que estabelece. Nº 9154

Sugere que na aplicação dos recursos destinados ao custeio agrícola haja uma programação que leve em conta os diferentes calendários agrícolas. Nº 9155

Sugere norma sobre as transferências negociadas nos orçamentos Federal e Estadual, relativamente aos Municípios, nos casos que estabelece. Nº 9156

Sugere que nas atividades empresariais desenvolvidas pelo Governo seja obrigatória a participação da comunidade em seus órgãos de direção, deliberação e fiscalização, nos termos que a lei estabelece. Nº 9157

Sugere norma que disponha sobre o direito de alegar imperativo de consciência para eximir-se da obrigação do serviço militar. Nº 9158

Sugere norma sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Nº 9159

Sugere que não haja distinção entre os trabalhadores urbanos e rurais no que se refere a serviços e benefícios previdenciários. Nº 9160

Sugere que a pesquisa científica e seu incentivo façam parte integrante do processo educacional. Nº 9161

Sugere que o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais tomem posse dentro de quarenta e cinco dias da data das eleições. Nº 9162

Sugere que a Previdência e a Assistência Social do Estado protejam os cidadãos nas diferentes situações que enumera. Nº 9163

Sugere seja assegurada isonomia salarial e de carga horária para os profissionais de nível superior da área de saúde. Nº 9164

Sugere que o Brasil adote uma Política Externa baseada no princípio da autodeterminação dos povos e não-ingerência em seus negócios internos, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para defesa do Território Nacional. Nº 9165

Sugere norma que disponha sobre a menoridade civil e a responsabilidade penal. Nº 9166

Sugere que os planos diretores de desenvolvimento setorial sejam aprovados pelo Congresso Nacional. Nº 9167

Sugere norma sobre a instituição de empréstimos compulsórios. Nº 9168

Sugere normas sobre proteção aos trabalhadores em empresas sujeitas a processos de automação. Nº 9265

Sugere normas sobre o direito de requisitar informações relativas à gestão de assuntos públicos. Nº 9266

Sugere que as despesas públicas de capital e custeio sejam realizadas, nas várias regiões do País, de acordo com a população, e dá outras providências. Nº 9267

Sugere que todos sejam obrigados ao pagamento dos impostos gerais, exceto aqueles cujos rendimentos não atinjam o teto mínimo fixado em lei. Nº 9268

Sugere seja dever dos municípios e das regiões metropolitanas elaborar, executar e aplicar planos urbanos e reforma urbana; e seja competência da União dispor sobre direito urbano. Nº 9269

Sugere que os proventos dos aposentados tenham os mesmos valores que os dos funcionários em atividade. Nº 9270

Sugere norma sobre a responsabilidade por atrasos na transferência de recursos orçamentários, conforme estabelece. Nº 9273

Sugere que o Poder Público conserve o patrimônio de valor histórico, artístico e ecológico. Nº 9274

Sugere que as empresas que especifica tenham acesso aos setores de desenvolvimento tecnológico. Nº 9277

Sugere que as reservas ecológicas tenham limitações de uso para evitar sua destruição. Nº 9278

Sugere dispositivo sobre a lealdade e a boa fé do Estado para com os cidadãos, e sobre a nulidade das normas e dos atos que contrariem esses princípios. Nº 9281

Sugere sejam estabelecidas restrições a vantagens concedidas pelo Estado às empresas públicas e às sociedades de economia mista em relação às empresas privadas que operem no mesmo setor. Nº 9282

Sugere que seja competência da União legislar sobre as políticas militares. Nº 9285

Sugere que os aposentados tenham proventos iguais aos vencimentos dos servidores em atividade. Nº 9286

Sugere que lei complementar disponha sobre o processo legislativo, e dá outras providências. Nº 9289

Sugere normas sobre a composição e o funcionamento das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. Nº 9290

Sugere normas sobre assistência à pessoa idosa. Nº 9293

Sugere que lei especial disponha sobre o transplante de órgãos humanos. Nº 9294

Sugere norma sobre a distribuição dos recursos orçamentários da União, no prazo que estabelece. Nº 9741

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB) — Sugere normas para a atuação das empresas estatais. Nº 9364

LUÍZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre a educação em todos os graus de ensino. (SGC) Nº 9548

LUÍZ HENRIQUE (PMDB) — Sugere seja aplicado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios percentual das respectivas receitas tributárias na manutenção das atividades da saúde. Nº 9181

Sugere norma que disponha sobre o processo legislativo. Nº 9182

Sugere seja garantida a seguridade social e a saúde, nos termos que estabelece. Nº 9185  
Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem, anualmente, percentual de suas receitas tributárias na manutenção e no desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica. Nº 9186

LUIZ SOYER (PMDB) — Sugere sejam estabelecidos limites à propriedade fundiária. Nº 9433

Sugere norma que discipline a livre manifestação de pensamento. Nº 9434

Sugere normas sobre a magistratura e o Ministério Público. Nº 9435

Sugere dispositivo sobre a composição dos Tribunais. Nº 9436

MANOEL MOREIRA (PMDB) — Sugere que o Estado assegure assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes. Nº 9085

Sugere que o Estado assegure a todos educação, segundo os princípios que enumera. Nº 9086

Sugere normas sobre os direitos e garantias individuais e os direitos sociais do trabalhador. Nº 9089

Sugere que a seguridade social seja direito de todos e dever do Estado e que seus benefícios sejam ampliados. Nº 9090

Sugere que o Estado estabeleça uma política nacional de saúde para todos. Nº 9091

Sugere dispositivos sobre a família, o pátrio Poder, o registro de filhos e a investigação de paternidade. Nº 9092

Sugere que a ordem social tenha por fim realizar a justiça social, com base nos princípios que enumera. Nº 9095

Sugere seja considerada atividade econômica a realizada no recesso do lar. Nº 9096

Sugere dispositivos ampliando os direitos e garantias individuais. Nº 9099

Sugere norma que limite as matérias sobre as quais o Presidente da República tem competência privativa para legislar. Nº 9959

Sugere não sejam incluídos no anteprojeto do texto constitucional os dispositivos que enumera. Nº 9962

Sugere norma dispoendo sobre o imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências. Nº 9963

Sugere limites para as despesas orçamentárias de custeio. Nº 9966

Sugere que a proposta orçamentária anual contenha as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos da administração direta e indireta da União, e que seja submetida à apreciação do Congresso Nacional. Nº 9967

Sugere seja atribuída aos municípios a criação e a organização da guarda municipal. Nº 9970

Sugere dispositivo sobre concessão de anistia aos que participaram da campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Nº 9971

Sugere norma sobre a revisão quinquenal do texto constitucional e sobre emendas à Constituição. Nº 9975

Sugere concurso público para o cargo de conselheiro de tribunais de contas estaduais e municipais. Nº 9979

Sugere que seja concedida estabilidade aos servidores públicos que, na data da promulgação da Constituição, contem pelo menos 4 (quatro) anos de serviço público ou tenham sido admitidos mediante processo seletivo. Nº 9983

Sugere fixação de limite máximo para a remuneração de pessoa investida em função pública. Nº 9987

Sugere fixação de limite para as despesas orçamentárias de custeio. Nº 9989

Sugere norma sobre controle político dos atos do Poder Executivo. Nº 9993

Sugere norma sobre o processo de votação nas sessões do Congresso Nacional. Nº 9997

MANSUETO DE LAVOR (PMDB) — Sugere norma sobre a competência da União para legislar sobre Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico, Espacial, do Trabalho, Notarial, Registros Públicos, Juntas Comerciais, Notariado e Emolumentos. Nº 9017

Sugere seja estabelecida diferenciação entre os minerais considerados estratégicos e os demais recursos minerais e de energia hidráulica. Nº 9018

Sugere norma sobre a nomeação de vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento. Nº 9019

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores os direitos enumerados. Nº 9021

Sugere seja garantido o direito de greve a todos os servidores públicos. Nº 9022

Sugere seja livre a associação sindical ou profissional, nas condições que estabelece. Nº 9023

Sugere norma que discipline a constituição de regiões federativas. Nº 9024

Sugere dispositivos sobre a liberdade de manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica. Nº 9025

Sugere que o serviço militar e o serviço civil sejam obrigatórios, nos termos que especifica. Nº 9026

Sugere norma sobre a reeleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nº 9027

Sugere normas sobre o direito de iniciativa de leis por parte dos cidadãos. Nº 9028

Sugere norma sobre o direito do Brasil à ocupação, utilização e exploração pacífica da Antártida, juntamente com as demais Nações que gozam de igual direito. Nº 9031

Sugere norma que estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos Municípios, bem como sua divisão em distritos. Nº 9032

MARCOS LIMA (PMDB) — Sugere a competência da União para organizar e manter a polícia marítima, aérea, de fronteiras e de minas. Nº 9187

MÁRIO ASSAD (PFL) — Sugere que os militares sejam alistáveis e elegíveis, excluindo-se os que prestam serviço militar inicial. Nº 9190

MAURÍLIO FRUET (PMDB) — Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou aumentar impostos sem que lei o estabeleça e sem que seja comprovada a eficácia da arrecadação. Nº 9310

Sugere medidas de defesa e proteção à saúde através da criação de um sistema nacional de saúde. Nº 9311

Sugere que a União estabeleça política nacional de assistência ao menor e sua família, proporcionando-lhes educação, habitação, assistência médico-hospitalar e alimentação, mantendo-o contra o abandono, a violência e qualquer forma de exploração. Nº 9312

Sugere que a União estabeleça, com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programa nacional de amparo e proteção ao idoso. Nº 9313

Sugere que a União estabeleça política de informação científica e tecnológica, como base do desenvolvimento nacional nas referidas áreas. Nº 9314

Sugere norma sobre a elaboração, metodologia, organização e publicidade do orçamento dos gastos tributários. Nº 9315

Sugere normas de delegação da União, dos Estados, dos Municípios e das regiões, nas condições que estabelece. Nº 9316

Sugere que os empréstimos e financiamentos contratados no exterior, assim como a negociação da dívida sejam condicionados à prévia aprovação do Congresso Nacional. Nº 9317

Sugere dispositivo determinando que a Constituição seja aprovada em plebiscito. Nº 9318

Sugere normas dispoendo sobre a estrutura do Congresso Nacional. Nº 9319

Sugere norma estabelecendo critérios para a cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural. Nº 9320

Sugere seja atribuída aos Municípios a competência para executar a reforma agrária, com recursos repassados pela União e pelos Estados. Nº 9321

Sugere seja vedada a instituição de tributos sobre livros, jornais e periódicos. Nº 9322

MAURO MIRANDA (PMDB) — Sugere a inclusão dos Municípios entre as Unidades da Federação. Nº 9029

Sugere a municipalização dos serviços públicos. Nº 9030

Sugere que a intervenção no Município se dê pela União, para assegurar a integridade do Território Nacional, e pelo Estado, para assegurar o cumprimento de decisão judicial. Nº 9033

Sugere que o município seja criado por lei complementar estadual, na forma estabelecida por lei complementar federal. Nº 9034  
Sugere seja assegurado ao município o direito de instituir contribuição para garantir a execu-

ção de programas próprios, nas circunstâncias que estabelece. Nº 9035

Sugere dispositivos sobre estabelecimento de regiões metropolitanas nas condições que enumera. Nº 9036

Sugere seja assegurada participação majoritária dos municípios na formulação da política e na administração das regiões metropolitanas que integram. Nº 9037

Sugere norma sobre a aplicação de percentual dos recursos captados no município em programas locais de desenvolvimento. Nº 9038

Sugere que a empresa de mineração pague uma indenização à União pelo direito da lavra do bem mineral. Nº 9039

Sugere norma sobre a aposentadoria dos militares. Nº 9040

Sugere que, nos crimes de responsabilidade, os Prefeitos tenham tratamento igual ao dispensado ao Presidente da República e aos Governadores. Nº 9043

Sugere que a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios seja exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal. Nº 9044

Sugere seja adotado para os vereadores tratamento semelhante ao dispensado aos membros do Congresso Nacional no que se refere à imunidade e à inviolabilidade. Nº 9047

Sugere seja competência do Estado, mediante lei complementar, estabelecer normas para a fixação da remuneração dos vereadores. Nº 9048

Sugere que a autonomia municipal seja assegurada nas situações e condições que enumera. Nº 9052

**MENDONÇA DE MORAIS (PMDB)** — Sugere que toda vida humana seja preservada desde o instante da concepção. Nº 9546

**MILTON BARBOSA (PMDB)** — Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre templos de qualquer confissão religiosa. Nº 9641

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre templos religiosos. Nº 9648

**MOZARILDO CAVALCANTI (PFL)** — Sugere norma dispondo sobre a duração dos mandatos dos ocupantes de cargos eletivos dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal. Nº 9299.

Sugere prazo para a elaboração de leis complementares, indispensáveis à regulamentação e aplicabilidade do texto constitucional. Nº 9300

Sugere norma dispondo sobre a duração dos mandatos dos ocupantes dos cargos dos Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal. Nº 9301

Sugere que a admissão no serviço público se faça apenas mediante concurso público. Nº 9302

Sugere que seja assegurado ao desempregado, além do seguro-desemprego, transporte coletivo gratuito. Nº 9303

Sugere que os Servidores Públicos Civis sejam regidos por uma única legislação. Nº 9304

Sugere que seja realizado plebiscito para aprovar a Constituição, no prazo e nas condições que estabelece. Nº 9305

Sugere norma sobre o provimento dos cargos de Juizes, Desembargadores e Ministros do Poder Judiciário. Nº 9306

Sugere que o trabalhador remunerado com até dois salários mínimos seja isento totalmente de impostos. Nº 9307

Sugere que o Estado assegure o direito e os meios indispensáveis ao planejamento familiar. Nº 9308

Sugere que o Estado assegure ao deficiente físico assistência médica e previdenciária, bem como oportunidade de trabalho e sua integração na sociedade. Nº 9309

**NELSON WEDEKIN (PMDB)** — Sugere norma ampliando a competência para a iniciativa das leis. Nº 9258

Sugere que a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República seja realizada em dois turnos, conforme estabelece. Nº 9260

Sugere dispositivos sobre os investimentos de capital estrangeiro no País. Nº 9425

Sugere seja assegurada aos trabalhadores estabilidade no emprego, após cinco anos de vigência do contrato de trabalho e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Nº 9426

Sugere que o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, em toda administração pública, seja computado, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade. Nº 9702

Sugere que as crianças, cujos pais ou responsáveis não disponham de recursos suficientes, tenham proteção especial do Estado, da concepção à maioridade, nas situações e condições que enumera. Nº 9703

Sugere dispositivo que impossibilite a penhora de imóveis rurais. Nº 9705

Sugere que os cônjuges tenham direito ao livre planejamento familiar e que o Estado proporcione o acesso à informação sobre métodos contraceptivos. Nº 9706

Sugere que a União legisle sobre normas de importação e fabricação de produtos químicos utilizados na agricultura. Nº 9707

Sugere que os dirigentes das universidades sejam escolhidos pelo voto livre de cada comunidade universitária. Nº 9708

**NESTOR DUARTE (PMDB)** — Sugere norma que discipline a criação de municípios. Nº 9742

**OTTOMAR PINTO (PTB)** — Sugere normas sobre a organização do Poder Executivo e sobre a competência do Presidente da República, dos Ministros de Estado, do Conselho de Estado. Nº 9480

Sugere seja dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social destinado a assegurar os direitos que estabelece. (SGC) Nº 9481

**PAULO PAIM (PT)** — Sugere normas sobre: Organização Estatal, criação de Conselhos Populares, acumulação de cargos, acesso a cargos públicos, paridade de vencimentos, Direitos dos Servidores Públicos e Direito Tributário. Nº 9297

**PERCIVAL MUNIZ (PMDB)** — Sugere seja assegurado a todos o direito ao ensino público e gratuito, e dá outras providências. Nº 9981

Sugere normas sobre o monopólio estatal do Petróleo. Nº 9985

Sugere que os imóveis rurais tenham seu apossamento assegurado, desde que desempenhem função social. Nº 9990

Sugere dispositivo sobre desapropriação de imóveis rurais por interesse social. Nº 9991

Sugere que o Estado garanta o acesso à terra e apoio técnico e financeiro aos que dela vivem. Nº 9992

Sugere seja elaborada uma política nacional e integrada de saúde pública, e dá outras providências. Nº 9994

Sugere normas sobre a universidade brasileira. Nº 9995

Sugere sejam transferidas para trabalhadores rurais terras públicas do Estado, conforme estabelece. Nº 9996

Sugere que a saúde seja um direito de todos e um dever do Estado promovê-la. Nº 9998

Sugere que os recursos públicos destinados à educação sejam aplicados exclusivamente nos sistemas de ensino criados, mantidos e controlados pela União, pelos Estados e Municípios. Nº 9999

Sugere seja fixado em lei o número máximo de módulos rurais apropriáveis por pessoa física ou jurídica. Nº 10000

**RAUL FERRAZ (PMDB)** — Sugere que a intervenção nos municípios seja regulamentada pela Constituição estadual. Nº 9619

Sugere que a União, nas comarcas do interior, seja representada pelos procuradores da Fazenda Nacional. Nº 9620

Sugere dispositivos sobre a soberania nacional e a divisão territorial. Nº 9621

Sugere que os membros da Justiça dos Estados passem a integrar a Magistratura da União; que os servidores da Justiça dos Estados façam opção pelo vínculo funcional, no prazo e nas condições que estabelece. Nº 9622

Sugere dispositivo sobre a estrutura e organização do Poder Judiciário. Nº 9623

Sugere que a Fazenda Nacional seja representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma que especifica. Nº 9624

Sugere que a lei estabeleça a forma de participação do trabalhador nos lucros da empresa. Nº 9625

Sugere dispositivos sobre o período de funcionamento do Congresso Nacional. Nº 9626

Sugere a paridade de remuneração entre os funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios e os do Poder Executivo. Nº 9627

Sugere dispositivos sobre a organização, estrutura e funcionamento do Ministério Público. Nº 9628

Sugere norma sobre a composição do Tribunal Federal de Recursos. Nº 9629

Sugere que a lei organize o Ministério Público da União junto aos Juizes e Tribunais Federais, bem como a advocacia da União. Nº 9630

Sugere dispositivo sobre a extinção do Senado Federal e a redução do número de Deputados Federais. Nº 9631

Sugere seja atribuída ao Estado competência exclusiva para o exercício da atividade bancária. Nº 9632

Sugere normas sobre pessoas deficientes. Nº 9250

Sugere normas sobre aposentadoria. Nº 9251

ROBERTO JEFFERSON (PTB) — Sugere norma sobre a composição do Tribunal de Contas da União. Nº 9244

Sugere a idade mínima de 25 anos para candidatos à Câmara dos Deputados e de 30 anos para o Senado Federal. Nº 9245

Sugere a elaboração de legislação supletiva pelo Congresso Nacional para garantir a eficácia dos dispositivos constantes da Constituição. Nº 9246

Sugere que o mandato de Deputados e de Senadores seja de cinco anos. Nº 9247

Sugere que os ex-Presidentes da República sejam considerados senadores vitalícios. Nº 9248

Sugere dispositivo sobre o Sistema Tributário Nacional. Nº 9249

RODRIGUES PALMA (PMDB) — Sugere a criação da Zona Franca de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Nº 9252

RONALDO ARAGÃO (PMDB) — Sugere dispositivo sobre a eleição e a posse de Governador e Vice-Governador. Nº 9724

Sugere norma sobre a composição da Câmara dos Deputados, bem como sobre a duração de cada Legislatura. Nº 9725

Sugere dispositivo sobre a distribuição do produto da arrecadação dos Impostos de Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados. Nº 9726

Sugere norma sobre a organização e competência das polícias militares. Nº 9730

Sugere que 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) constitua receita dos Estados. Nº 9727

Sugere dispositivos sobre a regulamentação de uma política nacional de saúde, cuja formulação seja da responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde. Nº 9728

Sugere a concessão de aposentadoria aos trabalhadores rurais com proventos nunca inferiores aos dos trabalhadores urbanos. Nº 9729

RONALDO CARVALHO (PMDB) — Sugere seja privativa do Município a distribuição do gás natural ou do gás obtido por processos técnicos. Nº 9253

Sugere seja assegurada à família do funcionário público falecido, independentemente da

causa do óbito, pensão equivalente ao total dos últimos vencimentos recebidos em vida. Nº 9254

Sugere que a seguridade social seja baseada nos princípios que estabelece. Nº 9255

Sugere seja dever da União o estabelecimento de uma política agrícola que estimule a produção de alimentos. Nº 9256

ROSE DE FREITAS (PMDB) — Sugere que a lei regule o sistema nacional de comunicação, incluindo a imprensa, o rádio e a televisão; institua o Conselho Nacional de Comunicação Social com as respectivas atribuições e recursos necessários ao seu funcionamento. Nº 9366

Sugere norma sobre o mandato do Presidente da República. Nº 9367

Sugere dispositivos sobre reforma agrária. Nº 9368

Sugere seja regulamentada a legislação que estabelece a idade mínima de quatorze anos para a admissão do menor no trabalho. Nº 9369

Sugere a inserção de capítulo sobre assistência e proteção especial à criança, ao adolescente, ao menor abandonado e ao deficiente mental. Nº 9370

Sugere a proteção do Estado à família civil ou natural, a plena igualdade de direitos e deveres entre os filhos havidos dentro ou fora do casamento e entre o homem e a mulher quanto à sociedade conjugal e aos filhos, a regulamentação da ação de investigação de paternidade. Nº 9371

Sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, e que o Estado promova a criação de uma rede nacional de creches e assistência materno-infantil. Nº 9372

Sugere que o ensino seja obrigatório e gratuito, asseguradas creches o pré-escolar às crianças até seis anos, e que as aulas sejam ministradas em língua portuguesa, exceto nas comunidades indígenas, nas condições que estabelece. Nº 9373

Sugere que o Estado assegure a todos educação gratuita em todos os níveis e creches até os seis anos de idade, e que a educação se norteie por princípios de igualdade, não-discriminação, convivência pacífica e pluralismo cultural do povo brasileiro. Nº 9374

Sugere normas disclinadoras das relações de trabalho. Nº 9375

Sugere que fique ratificada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, instituído o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, e seja elaborado o código nacional da criança e do adolescente, para substituir o Código de Menores. Nº 9377

Sugere norma que disponha sobre a organização da Justiça Militar dos Estados. Nº 9378

Sugere a vinculação da atividade doméstica ao sistema de seguridade social. Nº 9379

Sugere dispositivos sobre proteção à saúde. Nº 9381

Sugere sejam ampliados os benefícios da seguridade social. Nº 9382

Sugere que a seguridade social seja um direito de todos e um dever do Estado. Nº 9383

Sugere seja assegurada pelo Estado proteção à família de união estável, e a igualdade de direitos aos filhos nascidos dentro ou fora do casamento. Nº 9385

Sugere que o Estado estabeleça uma política nacional de saúde. Nº 9386

Sugere que se garanta a todos os cidadãos o direito ao ensino público e gratuito. Nº 9387

Sugere norma que disponha sobre a igualdade de todos perante a Lei e sobre a garantia, em especial, dos direitos das crianças e adolescentes. Nº 9389

Sugere dispositivos sobre a igualdade de direitos e garantias entre o homem e a mulher, direitos dos presidiários e a responsabilidade do Estado na promoção da igualdade contra qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos. Nº 9390

Sugere que o Estado preste assistência à maternidade e à paternidade, desde o nascimento dos filhos e que o trabalhador rural tenha os mesmos direitos previdenciários que os concedidos ao trabalhador urbano. Nº 9391

SANTINHO FURTADO (PMDB) — Sugere dispositivos sobre Reforma Agrária e que seja constituído fundo nacional para tal fim. Nº 9100

Sugere que os Municípios fiquem anistiados de suas dívidas junto à Previdência Social. Nº 9175

Sugere que se assegure aos combatentes o sustento de seus dependentes durante a sua ausência, e aos ex-combatentes a estabilidade no emprego, acesso ao serviço público sem concurso, aposentadoria integral, assistência médico-hospitalar e educacional gratuitas. Nº 9176

Sugere seja proibido aos Poderes Públicos delegar a terceiros a cobrança de tributos, taxas, emolumentos e contribuições federais. Nº 9177

Sugere dispositivo sobre o sistema de crédito rural. Nº 9178

Sugere que o crédito tenha função social e se destine a estimular o desenvolvimento econômico; e que ao Estado caiba todas as formas especulativas financeiras. Nº 9179

Sugere dispositivos sobre a preservação ambiental e a defesa do equilíbrio ecológico, e que a comunidade científica acompanhe as pesquisas sobre energia nuclear. Nº 9180

Sugere que o Poder Legislativo, formado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, seja composto de um mínimo de 180 e um máximo de 250 Deputados, eleitos nos termos que estabelece. Nº 9183

Sugere dispositivo sobre propriedades urbanas. Nº 9184

Sugere seja vedado ao Estado empregar recursos públicos no saneamento de instituições bancárias particulares, ou garantir depósitos e aplicações privados. Nº 9191

Sugere que o Estado proteja a família, legitimada pelo casamento ou não, dando-lhe condições de desenvolvimento físico, espiritual e social. Nº 9192

Sugere que se assegurem a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos, o direito de sindicalização e de greve. Nº 9193  
Sugere sejam invioláveis por suas palavras, opiniões e votos os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. Nº 9195

Sugere que a lei assegure aos bancários o princípio de isonomia no pagamento de seus salários, tendo por referência sempre o maior salário pago à categoria. Nº 9197

Sugere que a educação dos silvícolas seja ministrada em língua portuguesa e nativa. Nº 9198

Sugere normas sobre a educação. Nº 9229  
Sugere que todo trabalhador tenha direito à higiene e à segurança no trabalho, sendo-lhe facultado negar-se a executar tarefas que possam lhe causar danos à saúde ou expor sua vida a perigo. Nº 9230

SÍLVIO ABREU (PMDB) — Sugere que os atuais membros do Ministério Público possam exercer a advocacia privada. Nº 9169

Sugere que a lei trabalhista e previdenciária não estabeleça distinções entre trabalhadores urbanos e rurais. Nº 9170

Sugere disposições relativas à organização da Justiça nos Estados, em especial da Justiça de Paz. Nº 9171

Sugere que os Estados obedeçam às normas estabelecidas em lei complementar federal sobre a padronização de vencimentos e vantagens entre os membros da magistratura e do Ministério Público, observadas as peculiaridades regionais. Nº 9172

Sugere que a lei assegure aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes, inclusive o duplo grau de jurisdição. Nº 9173

Sugere que a maioria civil seja iniciada aos dezoito e a responsabilidade penal aos dezesseis anos de idade. Nº 9174

SOTERO CUNHA (PDC) — Sugere seja assegurado aos menores de 18 (dezoito) anos direito à saúde, à educação, à profissionalização e à segurança afetiva e material. Nº 9087

Sugere sejam assegurados ao ex-combatente os benefícios que enumera. Nº 9088

STÉLIO DIAS (PFL) — Sugere norma que estabeleça a competência privativa da União para legislar sobre sistemas estatístico e cartográfico nacionais. Nº 9649

Sugere dispositivos sobre transporte aquaviário, impostos sobre importação e exportação, política de transporte marítimo internacional, limites do Território Nacional, espaço aéreo e marítimo. Nº 9650

Sugere o estabelecimento de uma política de proteção e preservação à pluralidade e à diversidade cultural de nosso País. Nº 9651

Sugere normas sobre a definição de Território Nacional, Estadual e Municipal; mar territorial,

águas territoriais e espaço subjacente; espaço aéreo e marítimo nacionais; domínio, propriedade e posse. Nº 9652

Sugere que seja garantido a todos o direito à moradia digna e adequada e dá outras providências. Nº 9653

Sugere normas dispondo sobre o desenvolvimento das ciências, e sobre o papel das universidades públicas no processo de elaboração da política científica e tecnológica do País. Nº 9654

Sugere normas dispondo sobre os servidores públicos e os militares. Nº 9655

Sugere que o Poder Público realize, através de seguro social, uma política de previsão, tratamento, reabilitação, integração e amparo aos deficientes físicos. Nº 9656

Sugere normas sobre a organização do magistério público nos diversos níveis do ensino. Nº 9657

Sugere normas sobre a educação. Nº 9658

Sugere seja concedida aposentadoria compulsória para o trabalhador rural, nas condições que estabelece. Nº 9659

Sugere seja vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir impostos sobre a herança. Nº 9660

Sugere que, após a promulgação da Constituição, sejam realizadas eleições gerais no País, conforme específica. Nº 9661

Sugere dispositivos sobre o transporte marítimo, aéreo e terrestre de cargas e passageiros. Nº 9662

Sugere que a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida sejam obrigações do Estado e dos indivíduos. Nº 9663

Sugere normas sobre atribuições do Ministério Público. Nº 9664

Sugere seja garantida a proteção e a defesa dos consumidores. Nº 9665

Sugere que seja facultado a todos o acesso aos dados e informações a seu respeito em poder de entidades públicas e privadas, nas condições que especifica. Nº 9666

Sugere que, nos princípios das relações internacionais, conste a condenação e proibição da utilização de armas e armamentos nucleares, terrestres e espaciais, e de guerras bacteriológicas. Nº 9667

Sugere que o Brasil só recorra à guerra em defesa de seu território e de sua soberania. Nº 9668

Sugere a aplicação imediata das normas que disponham sobre os direitos e garantias do homem e da mulher e sobre o livre exercício da cidadania. Nº 9669

Sugere seja assegurado aos presos o direito ao bem-estar físico e mental, à assistência social, jurídica, educacional e de saúde, ao trabalho produtivo e remunerado, e à indenização, em caso de danos por violação dos seus direitos. Nº 9670

Sugere dispositivo que assegure aos maiores de 16 (dezesseis) anos de ambos os sexos, o direito de dirigir veículos automotores. Nº 9671

Sugere seja concedida aos professores aposentadoria voluntária, com salário integral, nas condições que estabelece. Nº 9672

Sugere sejam assegurados aos Deputados Estaduais e Vereadores as mesmas prerrogativas e imunidades conferidas aos Parlamentares Federais. Nº 9673

Sugere norma sobre a garantia do sigilo da informação individualizada prestada a órgão público ou privado, com finalidade estatística, fiscal ou atuarial. Nº 9681

Sugere que os Estados e Municípios, a partir da promulgação da Constituição, demarquem suas linhas de fronteira. Nº 9682

Sugere seja assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, na forma que estabelece. Nº 9683

Sugere norma que estabeleça a competência da União para organizar e manter os serviços e instituições oficiais de estatísticas, geografia e cartografia. Nº 9684

Sugere normas de incentivo aos transportes marítimos. Nº 9685

Sugere norma sobre a distribuição de ações do Banco do Brasil aos empregados dessa instituição sempre que ocorrer aumento de seu capital. Nº 9686

Sugere dispositivo sobre o decreto à propriedade territorial rural. Nº 9687

Sugere dispositivos sobre a ordem econômica. Nº 9688

Sugere a extinção do Plano de Integração Social e do Programa de Assistência aos Servidores Públicos (PIS — PASEP) até 31 de dezembro de 1988. Nº 9689

Sugere normas sobre a votação de projetos do Executivo. Nº 9690

Sugere normas sobre competência dos Ministros de Estado. Nº 9691

Sugere norma que disponha sobre a mobilização nacional. Nº 9692

Sugere seja da competência da União legislar sobre a organização, convocação, mobilização e carga horária das Polícias Militares. Nº 9693

Sugere que o acesso aos cargos, funções e empregos do serviço público dependa de concurso público. Nº 9694

Sugere norma sobre a criação e organização dos Municípios. Nº 9695

Sugere norma sobre aposentadoria dos oficiais de registro civil. Nº 9696

Sugere que os proventos dos aposentados da Previdência Social sejam gradativamente reajustados até que seus valores atinjam os níveis de remuneração atual das categorias correspondentes. Nº 9697

Sugere que a lei organize o Ministério Público junto aos juizes e Tribunais Federais, nas condições que estabelece. Nº 9698

Sugere normas sobre a maioria eleitoral e a obrigatoriedade do voto. Nº 9699

Sugere que a União assegure ajuda, não inferior a um salário mínimo, aos indivíduos inválidos de nascença. Nº 9700

Sugere que o ensino do esperanto constitua disciplina dos currículos escolares. Nº 9704

Sugere norma sobre a destinação das Forças Armadas. Nº 9709

Sugere normas sobre prazos de tramitação dos projetos de lei do Executivo. Nº 9710  
Sugere norma dispondo sobre a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pelo trabalhador que contar mais de cinco anos de serviço. Nº 9711  
Sugere que as despesas somadas da União, dos Estados, dos municípios, dos territórios, do Distrito Federal, dos órgãos da administração indireta, das entidades e empresas sob controle estatal não ultrapassem a 50% da renda nacional em cada exercício. Nº 9712

TELMO KIRST (PDS) — Sugere norma sobre as forças auxiliares constituídas pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares. Nº 9675  
Sugere que lei federal disponha sobre instituição de crédito agrícola especial. Nº 9676  
Sugere normas sobre o julgamento dos dissídios coletivos pelos Tribunais Trabalhistas. Nº 9677  
Sugere seja instituído o seguro agrícola mútuo. Nº 9678  
Sugere que fiquem isentas do pagamento de tributos as associações e cooperativas agrícolas. Nº 9679  
Sugere seja concedido mandato de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus**, conforme discrimina. Nº 9680

TEOTONIO VILELA FILHO (PMDB) — Sugere dispositivo sobre o livre acesso às informações sobre órgãos públicos, ressaltados os segredos de Estado. Nº 9365  
Sugere dispositivo sobre a prestação de serviço cívico gratuito nas condições que estabeleça. Nº 9393  
Sugere a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária e fixa percentual de receita tributária para o seu funcionamento. Nº 9394  
Sugere princípios gerais para elaboração do estatuto dos servidores públicos. Nº 9395  
Sugere norma sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República e sobre a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nº 9396  
Sugere sejam estabelecidos dispositivos sobre tributação, venda e desapropriação de imóveis urbanos. 9397  
Sugere que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constitua disciplina dos horários normais das Escolas Oficiais de Primeiro e Segundo Graus, respeitando-se a confissão religiosa do aluno e de sua família. Nº 9398  
Sugere que seja assegurado aos servidores públicos o direito à sindicalização. Nº 9399  
Sugere norma que fixe o limite máximo de extensão da propriedade rural. Nº 9400  
Sugere caiba à União e aos Estados a assistência social ao estrangeiro que solicitar asilo político. Nº 9401  
Sugere seja fixado o limite da área de terras rurais, para exploração da agricultura. Nº 9402  
Sugere medidas que garantam os direitos e assegurem a melhoria dos benefícios dos trabalhadores. Nº 9403

Sugere norma sobre a inviolabilidade e imunidade dos Vereadores, na forma que estabeleça. Nº 9404

Sugere que o provimento dos cargos iniciais e finais da carreira de nível médio e superior do ensino oficial, e do nível superior do ensino privado, seja efetivado mediante concursos públicos de títulos e provas, assegurada a estabilidade seja qual for o regime jurídico. Nº 9405

Sugere que toda empresa pública ou privada, com mais de 100 (cem) empregados, proporcione moradia para aqueles que percebam até 2 (dois) salários mínimos. Nº 9406

Sugere direito à mulher, como titular de terras, na Reforma Agrária. Nº 9407

Sugere que não haja discriminação contra o trabalho feminino, e seja resgatado o direito à aposentadoria por tempo de serviço e por idade. Nº 9408

Sugere que todos tenham direito à alimentação adequada. Nº 9409

Sugere que a União, os Estados e os Municípios estabeleçam tributos, visando a criação em um fundo especial para proteção do meio ambiente. Nº 9410

Sugere que as relações internacionais brasileiras sejam regidas pelos princípios que enumera. Nº 9411

Sugere que os trabalhadores rurais tenham os mesmos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos. Nº 9412

Sugere seja assegurado à rede particular o direito de ministrar ensino com liberdade de orientação pedagógica, filosófica e religiosa. Nº 9413

Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem anualmente percentual de seus orçamentos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Nº 9414

Sugere dispositivo sobre o direito à educação fundamental e profissionalizante, incluindo-se na responsabilidade do Estado a educação especializada e gratuita aos deficientes. Nº 9415

Sugere norma que disponha sobre a autonomia municipal, conforme especifica. Nº 9416

Sugere que a assistência médica e o exercício da medicina não sejam objeto de comercialização, cabendo ao Estado assegurar o atendimento à saúde. Nº 9417

Sugere que o Poder Público promova a desapropriação de propriedade territorial mediante pagamento de indenização justa, segundo critérios que a lei estabeleça. Nº 9418

Sugere que o Brasil seja uma República Federativa, fundada no Estado democrático de direito e constituída sob o regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Nº 9419

Sugere normas sobre a adoção de plebiscito em questões de meio ambiente, a punição como crime aos atentados à ecologia, a obrigação do Estado na defesa do meio ambiente, a declaração do Brasil como zona livre de ar-

mas nucleares, a declaração da Amazônia como patrimônio nacional e a criação da guarda ecológica nacional. Nº 9420

Sugere seja assegurado a todos os trabalhadores, com mais de dois anos de contribuição previdenciária, o seguro desemprego. Nº 9421

Sugere seja facultada às empresas comerciais, industriais e agrícolas a prestação de ensino primário gratuito aos seus empregados e aos filhos destes. Nº 9422

Sugere que o ensino seja obrigatório para todos, dos seis aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis. Nº 9423

Sugere que seja assegurado ao trabalhador o direito de greve. Nº 9424

VALTER PEREIRA (PMDB) — Sugere norma sobre a preservação do meio ambiente, a tipicidade das infrações contra a ecologia e a institucionalização do pantanal mato-grossense como patrimônio da humanidade. Nº 9637

Sugere dispositivo sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União a fim de que seja conferida ao Tribunal de Contas da União maior autonomia. Nº 9642

Sugere dispositivo sobre a desapropriação para fins de reforma agrária. Nº 9643

Sugere normas sobre maioridade eleitoral aos 16 (dezesseis) anos. Nº 9644

VICENTE BOGO (PMDB) — Sugere seja assegurado a todos o direito à saúde e à seguridade social, e dá outras providências. Nº 9240

Sugere seja proibido o monopólio privado dos meios de comunicação, e dá outras providências. Nº 9241

Sugere normas sobre a organização sindical. Nº 9242

Sugere normas sobre o regime das sociedades cooperativas. Nº 9243

VICTOR FONTANA (PFL) — Sugere que 4% do PIB da agricultura e 2% do valor bruto das exportações agrícolas sejam aplicados no desenvolvimento da pesquisa agropecuária. Nº 9645

Sugere norma sobre a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida. Nº 9646

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS) — Sugere normas sobre o direito de qualquer pessoa ou associação legalmente constituída propor ação preventiva ou punitiva de atos lesivos a interesses coletivos. Nº 9775

WALDECK ORNÉLLAS (PFL) — Sugere seja atribuída à União competência para legislar sobre direito urbano. Nº 9633

Sugere seja atribuída à União competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição, e outras providências. Nº 9634

Sugere normas que disponham sobre a realização das sessões do Congresso Nacional. Nº 9635

Sugere norma que disponha sobre a criação e a administração das regiões metropolitanas. Nº 9636

Sugere norma sobre a forma de organização

nacional; sobre a criação, a competência e a autonomia dos municípios. Nº 9638

Sugere que o Governo Federal mantenha programa permanente de desenvolvimento na

bacia do rio São Francisco, nas condições que especifica. Nº 9639

Sugere seja extinto o instituto da enfiteuse. Nº 9640

## SUGESTÕES APRESENTADAS DE ENTIDADES

ASSEMBLÉIA ESPIRITUAL NACIONAL DOS BAHÁ'IS DO BRASIL. REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA — DF — Irajá Roberto Egnari — Diretor-Geral — Sugere princípios gerais relativos à liberdade religiosa, às garantias individuais, entre outros que enumera Nº 9454

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO — Roberto França — Presidente — Sugere dispositivo regulamentando a aposentadoria do trabalhador rural aos cinquenta e cinco anos de idade. Nº 9568

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Defesa do Meio Ambiente e Turismo — Sugere medidas de proteção ao meio ambiente. Nº 9521

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE RIBEIRÃO PRETO — SP — Antonio Giroto — Presidente — Sugere dispositivos assegurando modificações na Lei Orgânica da Previdência quanto à equiparação dos inativos aposentados e pensionistas, aos trabalhadores da ativa, nas condições que especifica. Nº 9865

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHAREIS EM TURISMO — ABBTUR — Maria Rosalina Barbosa Gonçalves — Presidente — Sugere norma que disponha sobre a política de turismo e outras providências. Nº 9453

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO — Antônio Augusto Oliveira Amado — Presidente do Conselho Executivo — Sugere normas gerais sobre matéria financeira e orçamentária. Nº 9457

ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DA MICRORREGIÃO DOZE — PR — Valdeinei José Peloi — Presidente — Sugere seja de quatro anos o mandato do atual Presidente da República e que as eleições presidenciais sejam diretas Nº 9466

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA — PR — Fauzi Rachid Nasser — Presidente em exercício — Sugere sejam extintos ou aperfeiçoados os institutos da denúncia vazia e da alienação fiduciária. Nº 9467

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ FEMININA DO RIO DE JANEIRO — RJ — Ilka Duque Estrada Bastos — Presidente — Sugere dispositivos gerais sobre a igualdade e autonomia dos Três Poderes, os direitos individuais, dos trabalhadores e da família. Nº 9468

ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MORRO AGUDO, PARACATU — MG — José Correa Sobrinho — Presidente — Sugere a inserção no texto constitucional das normas gerais que enumera. Nº 9469.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, RIO DE JANEIRO — RJ — Suli da Gama Fontaine — Presidente — Sugere normas que disciplinem a organização e a estrutura da Comissão de Valores Mobiliários Nº 9470

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB — Adhemar Rivermar de Almeida — Presidente — Sugere sejam garantidos os direitos dos que venham a tomar parte em futuras guerras e os já adquiridos pelos que participaram da II Guerra Mundial. Nº 9529

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA (MG) — MARCELO BAETA MIRANDA — Sugere normas que disponham sobre o direito dos consumidores à educação para o consumo e outras providências. Nº 9485

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA DO ESTADO DO MARANHÃO — ASSINCRA — Urbano Costa — Presidente — Sugere a equiparação do percentual da gratificação de apoio dos servidores de nível médio ao percentual da gratificação dos servidores de nível superior. Nº 9472

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ACESITA (MG) — José Serafim Carvalho — Presidente — Sugere normas que limitem os gastos do Poder Executivo, nas condições que menciona; que dêem direito a todo cidadão de votar e ser votado; que os proventos da aposentadoria e pensão não sofram descontos ou tributos. Nº 9473

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE OLINDA (PE) — Sugere normas gerais sobre os direitos dos trabalhadores, garantias individuais, soberania nacional, reforma agrária, de-

fesa do meio ambiente e demais disposições que enumera. Nº 9471

Câmara Municipal de Adamantina (SP) — Joaquim Carlos de Souza Jacinto — Presidente — Sugere norma sobre a aposentadoria por tempo de serviço Nº 9570

Câmara Municipal de Alegrete (RS) — Auri Dorneles Rodrigues Severo — Vice-Líder do PFL — Sugere a implantação nos municípios de uma loteria municipal com a finalidade de evitar a evasão do dinheiro do município com a lota, loteca e loteria federal. Nº 9873

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMAS — GO — Maria Teresinha G. Carvalho — Presidente — Sugere a criação do Estado do Tocantins. Nº 9571

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO NORTE — GO — Vereador Floripes Magalhães — Sugere ampliação do poder e autoridade das câmaras municipais e o saneamento da administração pública municipal. Nº 9572

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO NORTE — GO — Vereador Floripes Magalhães — Sugere normas sobre a reforma agrária. Nº 9573

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE — SP — João Alves Carneiro — Presidente — Sugere seja assegurado ao trabalhador aposentado o mesmo nível de remuneração que usufruem os da atividade. Nº 9575

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE — SP — João Alves Carneiro — Presidente — Sugere inclusão das horas excedentes prestadas pelos trabalhadores às empresas, para efeito de aposentadoria. Nº 9576

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA — SP — Gabriel Marçal da Costa — Presidente — Sugere normas que disponham sobre as prerrogativas do Poder Legislativo, e sobre a extensão à filha solteira, maior de 21 anos, do direito à pensão temporária Nº 9577

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI — MG — Elson de Oliveira — Presidente — Sugere a declaração de maioridade aos 16 anos. Nº 9578

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAS — SP — José Odair Dahmen — Presidente — Sugere norma que disponha sobre a extinção do foro privilegiado da União. Nº 9579

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ — MG —** Niceas Barcelos — Presidente — Sugere a criação do Estado do Triângulo. Nº 9580

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS — MG —** José Ronaldo Sales de Carvalho — Presidente — Sugere dispositivo sobre a aplicação de parte dos lucros das empresas de mineração, na forma que determina. Nº 9581

**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA — RN —** José Jaime Rolim — Presidente — Sugere dispositivo sobre a aplicação de parte dos lucros das empresas de mineração, conforme determina. Nº 9582

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUANÁ — MT —** Ernestina Glória de Messias Demeneck — Presidente — Sugere seja aplicada parte dos lucros das empresas de mineração, conforme determina. Nº 9583

**CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO — PA —** Waldomiro José Vasques — Presidente — Sugere sejam delegados ao Tribunal de Contas da União poderes para fiscalizar os recursos federais repassados aos municípios. Nº 9584

**CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ — SC —** Nelson E. Nitz — Líder da Bancada do PFL — Sugere norma dispondo sobre as condições de elegibilidade para os cargos que especifica. Nº 9474

**CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU — SP —** Edson Francisco da Silva — Presidente — Sugere norma dispondo sobre a concessão do direito de voto aos cabos e soldados. Nº 9475

**CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU — SP —** Walter do Nascimento Costa — Presidente — Sugere norma dispondo sobre a regulamentação dos jogos de azar. Nº 9476

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA — SP —** Dano Campregher Filho — Presidente — Sugere norma sobre a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nº 9552

Sugere norma sobre a concessão do direito de transmissão de rádio e televisão no Território Nacional. Nº 9556

Sugere norma assegurando a todos o direito ao trabalho. Nº 9557

Sugere norma assegurando o direito de voto aos cabos e soldados. Nº 9558

Sugere norma assegurando ao trabalhador da ativa ou aposentado remuneração nunca inferior a um salário mínimo. Nº 9559

Sugere dispositivos sobre direitos do consumidor. Nº 9560

Sugere dispositivo visando garantir, preservar e incentivar os costumes e as riquezas culturais do povo. Nº 9561

Sugere sejam resgatados aos índios seus direitos fundamentais. Nº 9562

**CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA — SP —** Dilson José da Silva — Presidente — Sugere norma fixando a maior

idade aos 18 anos de idade e estabelecendo os casos de emancipação aos 16 anos. Nº 9477

Sugere norma vinculando a Polícia Rodoviária Federal ao Ministério da Justiça. Nº 9478

Sugere norma fixando o percentual do orçamento de cada Município para a manutenção das Câmaras Municipais. Nº 9479

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS — SP —** Névio Luiz Aranha Dártora — Presidente — Sugere reestruturação dos Poderes Legislativo Federal, Estadual e Municipal, para os fins que estabelece. Nº 9484

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURO — PR —** Olivino Custódio — Presidente — Sugere a substituição do ramo de fumo existente no brasão nacional por outro vegetal de uso mais nobre. Nº 9877

**CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO — RS —** Claudino Pedro Camatti — Presidente — Sugere seja assegurado ao trabalhador inativo o mesmo nível de remuneração que usufruía em atividade. Nº 9553

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASA BRANCA — SP —** Antonio Carlos Orfei — Presidente — Sugere assistência aos aposentados e a melhoria de seus salários. Nº 9483

**CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES — MG —** Francisco Adolfo Mota Carvalho — Presidente — Sugere norma sobre a realização de eleições para a Presidência da República, e outras providências. Nº 9482

**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ — MT —** Luiz Estevão Torquato da Silva — Presidente — Sugere alterações no capítulo sobre a Educação, e outras providências. Nº 9488

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA — MG —** Renê Moreira — Presidente — Sugere ensino obrigatório, em todas as cidades históricas do Território Nacional, da História, do folclore, dos usos e costumes da comunidade local. Nº 9569

**CÂMARA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA — SP —** José Diaulas Pimentel de Almeida — Presidente — Sugere a realização de eleições diretas para Presidente da República no ano de 1988. Nº 9554

**CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA — SP —** José Granzotte — Presidente — Sugere norma dispondo sobre o direito dos deficientes mentais ao trabalho, ao lazer, ao estudo, à liberdade e ao convívio social permanente. Nº 9486

Sugere caiba ao Estado oferecer ensino público gratuito e laico; que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem percentual da receita tributária na manutenção de escolas públicas. Nº 9487

**CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA — SP —** Roberto Carvalho Engler Pinto — Presidente — Sugere a instituição do direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares e Forças Armadas. Nº 9489

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA — SP —** Antonio Rodolfo Devito — Presidente — Sugere seja ampliada a rede de escolas técnicas, profissionalizantes e de cursos superiores. Nº 9574

**CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA — GO —** Orcedino Wenceslau da Silva — Presidente — Sugere a realização de eleições em todos os níveis, na mesma data. Nº 9490

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ — SP —** Walter Villela Pinto — Presidente — Sugere a ampliação das prerrogativas do Poder Legislativo. Nº 9491

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRTO — MG —** Geraldo de Souza Braga — Presidente — Sugere norma sobre a aposentadoria de profissionais na área contábil. Nº 9492

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA — GO —** Joel Carlos da Silva — Presidente — Sugere dispositivos sobre a legalização da greve; execução da reforma agrária; o direito de voto; a realização do censo do IBGE; a municipalização da merenda escolar e o restabelecimento das prerrogativas dos Poderes Legislativo e Judiciário. Nº 9493

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBE — CE —** José Gomes de Miranda — Presidente — Sugere normas sobre a remuneração dos vereadores, nas condições e percentuais que especifica. Nº 9494

**CÂMARA MUNICIPAL DE JARINÚ — SP —** Jair Soranz — Presidente — Sugere a retomada das prerrogativas do Poder Legislativo Municipal. Nº 9495

**CÂMARA MUNICIPAL DE LINS — SP —** Orrélio Justiniano Rocha — Presidente — Sugere a efetivação de servidores e funcionários federais, estaduais e municipais que tiverem mais de cinco anos de serviços prestados. Nº 9496

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA — SP —** João Alceu Dias — Presidente — Sugere norma sobre a política agrícola e agrária, a educação, os direitos do aposentado, a não-obrigatoriedade do voto, prerrogativas do Poder Legislativo, controle da natalidade, extinção do decreto-lei e outros dispositivos que enumera. Nº 9497

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ — PA —** Antonio Coelho Ferreira — Presidente — Sugere que o município receba um percentual dos lucros gerados com a exploração dos bens minerais de seu território. Nº 9498

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO — RJ —** Vereador Ivan Alves Dias e outros — Sugere o aproveitamento do deficiente físico em todas as repartições públicas. Nº 9499

**CÂMARA MUNICIPAL DE ONDA VERDE — SP —** Ademar Taveira Vilela — Presidente — Sugere a perícia médica nos casos de aposentadoria por invalidez. Nº 9533

— Sugere norma sobre a utilização de órgãos humanos em transplantes. Nº 9503

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS — PR** — Sady Marcondes Loureiro Filho — Presidente — Sugere norma que disponha sobre a manutenção do ensino religioso nas escolas. Nº 9500

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO — PR** — Neri Antonio Garbin — Presidente — Sugere norma concedendo aposentadoria à mulher agricultora e ao inválido de nascença. Nº 9555

**CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA — SP** — Luiz Bordinassi — Presidente — Sugere o direito de as Câmaras Municipais elaborarem e editarem suas Constituições. Nº 9501

**CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE — SP** — Luiz Gonzaga dos Santos — Presidente — Sugere que sejam atribuídas aos Municípios cota de participação no produto de arrecadação do ISOF — Imposto sobre Operações Financeiras. Nº 9502

**CÂMARA MUNICIPAL DE QUELUZ — SP** — Salvador Amaro Chicarino — Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO — SP** — Dácio Campos — Presidente — Sugere norma que assegure direitos aos aposentados. Nº 9504

Sugere dispositivo proibindo a instituição da pena de morte. Nº 9505

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL — PR** — Abel Leonel de Bonfim Faria — Presidente — Sugere que sejam concedidos aos trabalhadores rurais os direitos e as garantias que enumera. Nº 9506

Sugere normas sobre educação Nº 9507  
Sugere normas sobre a reforma agrária, a dívida externa, a reforma tributária e o meio ambiente. Nº 9508

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL — PR** — Vereador Laurindo Costa Rosa — Sugere normas sobre o Poder Legislativo Municipal, entre as quais inclui imunidade para vereadores. Nº 9509

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO — SP** — Eduardo Nicolau — Presidente — Sugere norma assecuratória a todos os trabalhadores de assistência médico-hospitalar e a abolição de cobrança de qualquer taxa. Nº 9567

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — SP** — Brasil Vita — Presidente — Sugere seja preservada a soberania do Parlamento na elaboração da Constituição, e determina outras providências. Nº 9512

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO — MG** — Victor Silva Duarte — Presidente — Sugere a redução do período entre a eleição e a posse de governadores. Nº 9565

Sugere rapidez e rigor para o julgamento de infrações às leis de trânsito. Nº 9566

**CÂMARA MUNICIPAL DE SAPIRANGA — RS** — Vereador Altamir Cleto Kautzmann — Sugere a inserção, no texto constitucional, das normas gerais que enumera. Nº 9513

**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS — RJ** — Vereador Hélio Carlos de Almeida — Sugere seja proibido o Executivo Municipal pedir, por antecipação, a suplementação de verbas. Nº 9458

Sugere a devolução das prerrogativas ao Poder Legislativo. Nº 9459

Sugere criação de conselhos municipais comunitários. Nº 9460

Sugere obrigatoriedade de as empresas estatais recolherem Imposto Sobre Serviços — ISS. Nº 9461

Sugere a participação dos trabalhadores das empresas privadas ou estatais nos órgãos de assistência médica municipal. Nº 9462

Sugere a legalização do jogo do bicho. Nº 9463

Sugere norma que assegure a memória nacional e preserve os valores culturais do povo brasileiro. Nº 9464

Sugere controle estatístico das prefeituras sobre as necessidades dos municípios. Nº 9465

Sugere a criação de escolas profissionalizantes de nível médio nas cidades de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Nº 9869

**CÂMARA MUNICIPAL DE TURMALINA — MG** — Patrício Ferreira de Macedo — Presidente.

Sugere que as companhias de plantio de eucalipto sejam obrigadas a cultivar grãos; que os bóias-frias tenham transporte e refeições dignas; que o Vale do Jequitinhonha seja isento de tributação; que os aposentados do Funrural recebam salário integral; que os cartórios sejam oficializados. Nº 9515

**CÂMARA MUNICIPAL DE TURMALINA (SP)** — João Tarlau — Presidente — sugere norma sobre a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Nº 9514

**CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA (MG)** — João Batista da Cruz — Presidente — Sugere a criação do Estado do Triângulo. Nº 9563

Sugere a inserção no texto constitucional das normas gerais que especifica. Nº 9564

**CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA (PA)** — Manoel Bento Rodrigues Matos — Presidente — Sugere seja proibida a venda de propriedades e terras brasileiras a firmas ou empresas de capital estrangeiro ou estrangeiro nacional. Nº 9516

**CÂMARA DE VEREADORES DE CRICIÚMA (SC)** — Ademir Uggioni — Presidente — Sugere dispositivos que assegurem aos aposentados direitos e vantagens semelhantes aos dos trabalhadores em atividade. Nº 9510

Sugere dispositivo que proíba a locação de mão-de-obra. Nº 9511

**CÂMARA DE VEREADORES DE CRISSICUMAL — RS** — Arnildo Aloisio Haas — Presi-

dente — Sugere norma constitucional devolvendo à Câmara de Vereadores o direito de legislar sobre a matéria econômica do Município. Nº 9517

**CARTA DOS ARTISTAS À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE — MINISTÉRIO DA CULTURA. ASSESSORIA PARA ASSUNTOS INDÍGENAS** — Sugere normas que assegurem direitos às populações indígenas. Nº 9766

**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES — CUT/RS** — Jurandir Teixeira Leite — Presidente — Sugere disposições sobre direitos e garantias individuais, organização dos poderes, ordem econômica, sistema financeiro, dívida externa, Forças Armadas, trabalhadores, seguridade, meio ambiente, educação, cultura, ciência e tecnologia, comunicação, família, criança, saúde, habitação, urbanismo, transportes, política agrícola e fundiária e reforma agrária. Nº 9439

**CENTRO DE ESTUDOS DE PASTORAL MIGRATÓRIA, PORTO ALEGRE — RS** — Paulo Bortolazzo — Diretor — Sugere o direito de o indivíduo emigrar e/ou imigrar com seus bens, nas condições que estabelece. Nº 9519

**CENTRO PARANAENSE DE TRADIÇÕES "GENERAL CARNEIRO", CURITIBA — PR** — Braz Alves — Presidente — Sugere normas sobre a pena de morte, o saneamento das finanças públicas, o amparo ao menor e a proteção aos músicos, além de outras providências afins. Nº 9450

**CENTRO DE PESQUISAS DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA À MULHER E À CRIANÇA, RIO DE JANEIRO — RJ** — Hélio Aguinaga — Presidente — Sugere seja da competência do Estado, com o apoio da comunidade, implementar ações de atenção primária de saúde, com ênfase na assistência materno-infantil. Nº 9449

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LOUIS BRAILLE, RONDONÓPOLIS — MT** — Benedito Sinézio de Arruda e outros — Sugere seja garantido aos excepcionais o pleno direito à educação especial nas condições que estabelece. Nº 9518

**CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE BRUMADO — BA** — Idenor Silveira Amorim — Presidente — Sugere normas sobre política tributária e financeira com vistas ao interesse social. Nº 9520

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PRO-CRIAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO DO SUL** — José Antonio Ferreira Fontes — Presidente — Sugere a criação do Estado do Maranhão do Sul. Nº 9447

**COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DO BAIRRO DE FÁTIMA, SERRA — ES** — Verônica C. Bezerra e outras — Sugere normas que garantam aos menores o direito à educação, à saúde, à alimentação e à moradia. Nº 9522

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS — CONAMPE** — Pedro Cascaes Filho — Presidente —

Sugere normas sobre proteção e incentivo às micro e pequenas empresas. Nº 9523

CONGREGAÇÃO MARIANAS DO BRASIL. Coordenação Sul (PR, SC, RS) — Ary de Christan — Presidente — Sugere norma que disponha sobre a igualdade de todos perante a lei, para fins de direitos e deveres; a correção do sistema de arrecadação de impostos; a valorização do trabalho; a proteção e assistência à família, e dá outras providências. Nº 9524

CONGRESSO ESTADUAL DE PROFISSIONAIS DA ÁREA TECNOLÓGICA (1, Juí — RS, 1986) — Vicente Rauber — Coordenador — Sugere subsídios gerais para a elaboração da Constituição. Nº 9455

CONSELHO BRASILEIRO PARA O BEM-ESTAR DOS CEGOS — Edison Ribeiro Lemos — Presidente — Sugere normas e princípios de interesse dos deficientes físicos, mentais e sensoriais. Nº 9525

CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR — CNDC — Luiz Amaral — Secretário-Executivo — Sugere norma que garanta os direitos do consumidor. Nº 9550

CONSELHO NACIONAL DE DIREITO ACITORAL — Hildebrando Pontes Neto — Vice-Presidente — Sugere disposições sobre os direitos autorais. Nº 9530

COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DO OESTE DO PARANÁ — CACIOPAR — Rubens Carlos Buschmann — Presidente — Sugere diretrizes gerais que salvaguardem a soberania nacional. Nº 9527

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PMDB DE AFRÂNIO — PE — João Peron Cavalcanti — Presidente — Sugere a inclusão no texto constitucional das normas gerais que enumera Nº 9532

ENCONTRO DE MULHERES DO BICO DO PAPAGAIO (1, AUGUSTINÓPOLIS — GO, 1986) — Diretório Regional do PT/GO — Sugere dispositivo sobre a reforma agrária, visando o benefício do trabalhador rural, assegurando o direito à saúde, habitação, educação e o amparo à mulher do campo. Nº 9441

FUNDAÇÃO PAULISTA CONTRA A HANSENÍASE — Vicente Grieco — Presidente — Sugere que, entre as normas referentes à saúde, seja garantida prioridade ao problema da Hanseníase. Nº 9538

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA — CEPAM — Walter Kufel Júnior — Superintendente de Assistência Técnica — Sugere a inclusão no Texto Constitucional das normas gerais que especifica. Nº 9539

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, RIO DE JANEIRO — RJ — Cecília Coimbra — Secretária — Sugere seja a tortura considerada crime de lesa humanidade e, portanto, imprescritível, inaniável, inafiançável, inindultável e inagraviável. Nº 9540

IGREJA EVANGÉLICA CRISTÃ, GOIÂNIA — GO — Pastor Joaquim Gonçalves Silva — Sugere normas sobre a educação, o direito de voto e o apoio ao trabalho do pregador, pastor e missionário leigo. Nº 9541

PARTIDO DOS TRABALHADORES — PT — Luiz Inácio Lula da Silva e outros — Sugere subsídios para a elaboração da Constituição. Nº 9549

SEMINÁRIO NACIONAL DA TROVA (6., VI-TÓRIA, 1986) — Federação Brasileira de Entidades Trovistas — FEBET — Sugere que a língua oficial do País seja o português de expressão brasileira, conforme especifica. Nº 9534

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — Aymer Chieppe — Presidente (Lézio Sathler) — Sugere disposições gerais sobre a organização dos serviços de transporte coletivo de passageiros, nacional e internacional, terrestre, aéreo e marítimo, e demais disposições que enumera. Nº 9429

Igreja Evangélica Cristã, Goiânia — GO — Pastor Joaquim Gonçalves Silva — Sugere normas sobre a educação, o direito de voto e o apoio ao trabalho do pregador, pastor e missionário leigo. Nº 9541

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Hésio Cordeiro — Presidente — Sugere normas sobre a Reforma Sanitária, e dá outras providências. Nº 9451

INSTITUTO TANCREDO NEVES, BRASÍLIA — DF — Lúcio Alcantara — Diretor Executivo — Sugere subsídios gerais para a elaboração da nova Constituição. Nº 9443

MOVIMENTO DE IRMÃOS DA PARÓQUIA N. S. DO CARMO, Coqueiros — SC — Rodrigo Alves Ferreira — Sugere normas contra a prática do aborto, contra a eutanásia e contra a pena de morte. Nº 9543

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA, BRASÍLIA — DF — Sugere normas sobre educação, lazer, meios de comunicação, família, trabalho, direitos individuais, violência, serviço militar, deficientes e saúde. Nº 9545

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSÁ E REZENDE — RJ. DEPARTAMENTO DOS APOSENTADOS — Odion Custódio Teixeira — Secretário-Geral — Sugere correção das aposentadorias concedidas no período anterior a 1967, nas condições que especifica. Nº 9526

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSÁ E REZENDE — RJ. DEPARTAMENTO DOS APOSENTADOS — Odilon Custódio Teixeira — Secretário-Geral — Sugere normas que assegurem os direitos dos aposentados e pensionistas. Nº 9528

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SEXOLOGIA — Isac Charam — Sugere normas sobre a sexualidade humana e sobre direitos de pacientes internados em hospitais psiquiátricos. Nº 9542

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL — BEMFAM — Márcio Ruiz Schiavo — Secretário-Executivo — Sugere que os pais tenham o direito de determinar livremente o número de filhos e o espaçamento entre os mesmos, competindo ao Poder Público garantir o acesso às informações e aos meios de planejamento familiar. Nº 9442

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL — BEMFAM — Márcio Ruiz Schiavo — Secretário Executivo — Sugere que todos tenham o direito de constituir família com base no princípio da liberdade de planejamento familiar. Nº 9445

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL — BEMFAM — Márcio Ruiz Schiavo — Secretário Executivo — Sugere norma atribuindo ao sistema de seguridade social a orientação e assistência ao planejamento familiar, na forma que estabelece. Nº 9446

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO — Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo — Sugere sejam elaboradas normas para regular a atuação das empresas públicas. Nº 9535

**SUGESTÃO N.º 9.001**

Inclua-se, no anteprojeto do texto constitucional, onde couber, os seguintes dispositivos:

“Art. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

... — Juizados de Instrução Criminal de Comarca e distritais.”

**Justificação**

A criação de Juizados de Instrução Criminal nas comarcas e nos distritos das grandes cidades brasileiras, agilizará a ação do Poder Judiciário, dinamizando a prestação jurisdicional, e superando anacrônicos procedimentos inquisitoriais atualmente exercidos, em grande parte, pela polícia judiciária.

A medida, como imperativo de modernização e aperfeiçoamento de nossas instituições judiciárias, já deveria ter sido adotada desde 1935, quando proposta pelo então Ministro da Justiça, o ilustre jurista Vicente Rao, de São Paulo, pretensão repelida pelo Código de Processo Penal vigente, outorgado pelo Estado Novo, em 1941.

Sala das Sessões, de de 1987. — Constituinte **Hélio Rosas**.

**SUGESTÃO N.º 9.002**

Inclua-se, para integrar o projeto de Constituição, o seguinte dispositivo:

**Do Poder Judiciário**

“Art. Fica proibido, nas sessões dos Tribunais de Justiça, a apreciação de pedido de inscrição para concurso público mediante critérios subjetivos.”

Sala das Sessões, de de 1987. — Constituinte **Cristina Tavares**.

**SUGESTÃO N.º 9.003**

Inclua-se, para integrar o projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

**Dos Direitos e Garantias Individuais**

“Art. Qualquer ato proveniente de violência sexual será considerado crime contra a pessoa humana.

Art. Será vedada a veiculação, através de todo e qualquer meio de comunicação, de atos que incitem a violência contra a mulher, bem como a exploração sexual em torno do seu corpo.

Art. Torna-se crime contra a pessoa, qualquer ato de constrangimento sexual, contra mulheres, homens ou crianças, feito por outrem, que se prevaleça de sua força física ou condição social, dentro e fora das relações do trabalho.”

Sala das Sessões, de de 1987. — Constituinte **Cristina Tavares**.

**SUGESTÃO N.º 9.004**

Inclua-se, para integrar o projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

**Da Seguridade Social**

“Art. Todos têm direito à seguridade social.

Art. É dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social destinado a assegurar:

I — direitos e garantias à maternidade e às gestantes;

II — a aposentadoria às donas-de-casa.

Art. A mãe tem o direito à proteção do Estado e à sua assistência em caso de desamparo.

Art. Os trabalhadores rurais e domésticos terão assegurados todos os direitos previdenciários.

Art. É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, cabendo ao Estado a responsabilidade por tais serviços.”

Sala das Sessões, de de 1987. — Constituinte **Cristina Tavares**.

**SUGESTÃO N.º 9.005**

Inclua-se, no anteprojeto de texto constitucional, na parte referente às Disposições Transitórias, o seguinte dispositivo:

“Art. A Polícia Rodoviária Federal será reestruturada em Departamento de Polícia Federal Rodoviária, subordinado ao Ministério da Justiça.”

**Justificação**

A Polícia Rodoviária Federal data de 1935, quando iniciou suas atividades nas estradas do Estado do Rio de Janeiro, como sucessora da “Polícia de Estrada”, criada pelo Presidente Washington Luiz, pelo Decreto n.º 18.323, de 24 de julho de 1928. Com efetivo reduzido, no início, ela cresceu, com o correr dos anos, em função do desenvolvimento da malha rodoviária, por força de planos nacionais de rodovia.

Hoje o País conta com 124.167 quilômetros de rodovias federais, dos quais 86.917 quilômetros são fiscalizados pela Polícia Rodoviária Federal, pela ação de um efetivo de 6.000 patrulheiros, distribuídos em 21 serviços, sediados nas capitais dos Estados, sob a jurisdição da Diretoria de Trânsito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Tal subordinação, contudo, não mais se justifica.

O efetivo aumentou consideravelmente, em virtude do próprio desenvolvimento da área de ação e do acréscimo de atribuições. E, hoje, em face da nova realidade social, os encargos do policial rodoviário sofreram desdobramentos inevitáveis, pois não mais se limitam à simples fiscalização do trânsito, ao se estenderem, por necessidades práticas, a atos típicos de polícia preventiva e repressiva da criminalidade, em caráter de colaboração com a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Na sua atual fase de existência, a Polícia Rodoviária Federal está a merecer novos moldes de estruturação administrativa, à vista da própria tarefa que se lhe depara, como órgão integrante da segurança pública, que lhe proporcionem maior autonomia e capacidade de ação. É o que propomos nesta sugestão, ao cogitarmos da criação do Departamento de Polícia Federal Rodoviária, subordinado ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, de de 1987. — Constituinte **Hélio Rosas**.